

Padre Fernando Santamaria

O AMOR MISERICORDIOSO:

A FORÇA QUE TRANSFORMA O MUNDO



Canção Nova

EDITORA

**O AMOR
MISERICORDIOSO**

DIREÇÃO GERAL: Fábio Gonçalves Vieira

CAPA: Artur Santoni

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: i9 Design / Claudio Tito Braghini Junior

REVISÃO: i9 Design / Letícia Teófilo

Este livro segue as regras da Nova Ortografia da Língua Portuguesa.

EDITORA CANÇÃO NOVA

Rua João Paulo II, s/n - Alto da Bela Vista

12.630-000 Cachoeira Paulista - SP

Tel.: [55] (12) 3186-2600

E-mail: editora@cancaonova.com

loja.cancaonova.com

Twitter: @editoracn

Todos os direitos reservados.

ISBN: 978-85-7677-835-6

© EDITORA CANÇÃO NOVA, Cachoeira Paulista, SP, Brasil, 2017

Pe. Fernando Santamaria

O AMOR MISERICORDIOSO: A FORÇA QUE TRANSFORMA O MUNDO



Canção Nova

EDITORA

Ao querido e admirável Mons. Oscar Santos Jr., padre da Diocese de Itapeva e cidadão apiaiense, que, ao longo dos cem anos de vida, tem procurado com lucidez enriquecer a vida de tantos com a sua doação, poesia e sábios conselhos. Sou também fruto do seu Ministério, que ultrapassa os setenta anos.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO.....	15

CAPÍTULO I

COMUNHÃO NO AMOR CRIADOR.....	19
Amor criativo e dignificante	19
Uma imagem plural no amor	25
Reflexo relacional no amor	29
O amor zeloso	33
O confinamento do amor.....	35
A descentralização no amor verdadeiro	42
A onipotência e inocência da misericórdia frente ao mal	44

CAPÍTULO II

COMUNHÃO NO AMOR REDENTOR.....	49
O Amor Misericordioso em sua causa e eficiência	49
A pedagogia relacional e redentora das Alianças	54
Amor encarnado	58
O Cristo manifestado no amor e na verdade encarnada.....	61

Filho do homem no Amor Trinitário.....	63
Amor acreditado e pensado	68
Redimidos no amor crucificado.....	71

CAPÍTULO III

COMUNHÃO NO AMOR PLENIFICANTE	81
Amor vivificante	81
O Reino escatológico do Amor Misericordioso.....	85
A Comunidade do Amor Trinitário	87
O amor inclusivista do Cristo total.....	95
Tempo escatológico da misericórdia	97
Uma obra exemplar do amor criador, redentor e plenificante	113

CONCLUSÃO	119
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
--	------------

ABREVIATURAS E SIGLAS

AG – *Ad gentes*

AL – *Amoris laetitia*

AT – *Antigo Testamento*

CAT – *Catechismus Ecclesiae Catholicae*

CV – *Caritas in veritate*

CNBB, Doc 100 – *Documento: Comunidade de comunidades*

DA – *Diálogo e Anúncio*

DCDJ – *Declaração conjunta sobre a Doutrina da justificação por graça e fé*

DCE – *Deus caritas est*

DeV – *Dominum et vivificantem*

DM – *Dives in Misericordia*

EE – *Ecclesia de Eucharistia*

EN – *Evangelii Nuntiandi*

EG – *Evangelii Gaudium*

EV – *Evangelium vitae*

FC – *Familiaris consortio*

FCat – *A fé Católica, compêndio do magistério da Igreja*

FR – *Fides et ratio*

GS – *Gaudium et spes*

HV – *Humanae vitae*

LG – *Lumen gentium*

LS – *Laudato Si'*

MCo – *Mystici corporis*

MD – *Mulieris dignitatem*

MV – *Misericordiae Vultus*

NT – *Novo Testamento*

NMI – *Novo Millennio Ineunte*

NA – *Nostra Aetate*

RH – *Redemptoris hominis*

RMi – *Redemptoris missio*

SD – *Salvifici doloris*

SS – *Spe Salvi*

VD – *Verbum Domini*

VS – *Veritatis splendor*

UR – *Unitatis Redintegratio*

APRESENTAÇÃO

“Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei” (Jo 13,34), disse Jesus aos discípulos. Já está para se ir, como está escrito sobre Ele. Nós, porém, não ‘podemos’ ir para ‘onde’ ele vai, mesmo se o queremos. O seguiremos mais tarde, quando, tendo conhecido o seu amor por nós, estaremos aptos para nos amar como Ele nos amou. Então, também nós estaremos onde Ele está, porque Ele estará em nós e nós Nele. E nós veremos o seu rosto no irmão que amamos, qualquer um que seja, até um Judas. E todos O verão no nosso rosto, se amarmos deste modo (cf. Jo 13,35).

Deus tem uma aliança de amor para conosco. E Ele não recua, nunca. Precisamos entender que a salvação não vem daquilo que o discípulo faz pelo Senhor, mas daquilo que o Senhor faz por ele. Origem do amor não é o discípulo, mas o Senhor! O desejo do discípulo em ser como Jesus é bom e justo. Deve, porém, compreender que isso não pode se traduzir em vontade de poder, mas em acolhida de um dom. O desejo é a faculdade mais alta do homem: abre-o àquilo que lhe é impossível fazer. O apetite não produz nada, mas pode acolher todo alimento – “Se conhecesses o dom de Deus” (Jo 4,10). O dom de Deus é a água viva, ou seja: o amor do Pai e do Filho, que Jesus tem sede de doar a nós.

Continuemos, ainda, a contemplar a perícopa do Lava-pés (Jo 13,12-38): entre a traição de Judas e a negação de Pedro, os outros Evangelhos colocam a Instituição da Eucaristia; João coloca o mandamento do amor. Mostra, assim, como a Ceia do Senhor não seja um simples rito, mas aquele amor concreto com o qual Ele amou Judas e Pedro, e todos se reconheçam neles. A Ceia da comunidade nova é como aquela que se celebra por Lázaro tornado à vida (cf. Jo 12,1ss): há o serviço de Marta, que corresponde ao lavar os pés, e, o amor de Maria, que corresponde ao bocado dado a Judas. Este é o perfume que enche toda a casa, no qual ‘se cumpre’ aquele amor, com o qual Ele nos amou. Jesus é traído por Judas e negado por Pedro; mas a traição e a renovação revelam a absolutização do seu amor, que livremente se entrega a quem trai e nega. As sombras evidenciam por contraste a luz.

O v. 33 (Jo 13,33) introduz o tema de Jesus que se vai e da nossa procura por Ele. Os vv. 34-35 contém o mandamento do amor, mediante o qual o discípulo pode encontrar o seu Senhor. Alguém, na verdade, mora onde ama: está onde está o seu coração. O mandamento que Jesus nos dá é o mesmo que recebeu do Pai (cf. Jo 10,18b). Não é uma ‘lei’ que ‘amarra’, mas, um ‘mandamento’, por meio do qual, ‘manda-nos juntos’ à liberdade do Filho, que ama como é amado. Jesus nos doa viver uns para com os outros o Seu mesmo amor. A Eucaristia, Ceia pascal da nova humanidade, se celebra neste amor quotidiano, que faz de nós e dos nossos relacionamentos concretos o verdadeiro culto agradável a Deus, que nos transfigura no Filho (cf. Rm 12,1ss).

Jesus não somente prescreve, mas dá um mandamento novo: “*dou-vos um novo mandamento*”. Não se trata de imposição, mas de um dom que nos ajuda a viver a nossa realidade de filhos e irmãos; e é novo porque pela primeira vez vemos um Deus que nos lava os pés e nos dá a si próprio. Jesus faz isso. Amar ‘*como*’ Ele nos amou. O advérbio ‘*como*’ indica duas coisas: 1) o modo: o seu amor por nós;

2) e o modelo: o Seu amor é fonte do nosso amor recíproco. Por isso, diz: ‘Amai-vos uns aos outros *como* eu amei vocês’. Poderíamos traduzir, assim: ‘Amai-vos uns aos outros com o mesmo amor com o qual eu amei vocês’. É possível porque o dom que o próprio Jesus nos faz.

Todos nós, você, eu, Judas e Pedro, todos nós somos chamados a conhecer o dom de Deus (cf. Jo 4,10). O dom de Deus é o amor do Pai e do Filho, que Jesus tem sede de doar a nós. Este é, no dom que Jesus nos faz, o ápice da generosidade da pessoa humana e ponto mais alto da nossa religiosidade. É Deus quem se sacrifica pelo homem e não o homem para Deus. Na verdade, ‘Deus é amor’ (1Jo 4,8b); e “nisto está o amor: não fomos nós a amar Deus, mas é ele que nos amou e nos mandou o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados” (1Jo 4,10). Oportunamente, lembra Paulo: “Ora, dificilmente se encontra quem esteja disposto a morrer por um justo; talvez exista quem tenha a coragem de morrer por uma pessoa de bem. Mas, Deus demonstra o seu amor para conosco porque, enquanto éramos pecadores, Cristo morreu por nós” (Rm 5,7s). Por isto podemos exclamar com Paulo que nada, nem o pecado, a traição e a negação, pode nos separar do amor de Deus em Cristo Jesus (cf. Rm 8,39). O amor do qual nada nos pode separar é aquele que o Pai nos oferece no Filho. Mesmo que nós venhamos a Lhe ser infiel, como Pedro, Ele permanece fiel. Mesmo que falte a fé em nós, o Senhor permanece fiel, porque não pode negar-se a Si mesmo (2Tm 2,13). Ele, de fato, é amor fiel para sempre, porque é amor e não pode ser outro senão amor.

O Senhor o ama gratuitamente. O amor não é objeto de mérito: ou é gratuito ou não é amor. Se é merecido é ‘meretrício’. Merecer o amor é terrível pecado do justo: nega a essência de Deus, que é amor. Pedro, perdoado no seu pecado, conhecerá quem é o Senhor, um Deus perdoador (cf. Jr 31,34), e experimentará que ‘eterna é a sua misericórdia’, como canta o refrão do Sl 136/135, que conclui a ceia pascal. Assim é a aliança de Deus conosco, seu povo.

Permitam-me, ainda: a consciência do seu pecado converterá Pedro da lei ao Evangelho e o tornará capaz de apascentar os irmãos (cf. Jo 21,15-17), confirmando-os na fé (Lc 22,32). A fé, na verdade, é crer na fidelidade de Deus. Pedro o conhecerá, graças à experiência da negação. Se não tivesse negado, teria sempre podido pensar que Jesus, o Senhor, o amava porque ele merecia. Não teria acolhido o mistério de Deus. Paradoxalmente, pode-se dizer que, se Pedro tivesse dado a vida por Jesus, não se teria salvo. Porque a salvação é aquilo que Pedro não pode e nem quer entender: Jesus, que lhe lava os pés e dá a vida por ele. A experiência que o Senhor não nega a quem o nega fará conhecer a Pedro, e a todos, o mandamento novo: experimentar o amor com o qual é amado e poderá também ele pousar a cabeça no peito de Jesus, tomar parte com Ele e amar os outros com o Seu mesmo amor.

Jesus me amou e deu-Se a si mesmo por mim (Gl 2,20), pecador (cf. 1Tm 1,15). O Senhor me ama e não pode não me amar, porque é amor.

Com este livro, que versa sobre “O Amor Misericordioso: a força que transforma o mundo”, Padre Fernando Santamaria nos será de ajuda em aprofundar o tema do amor fiel de Deus – o Deus da Aliança –, que é Amor Misericordioso, que sempre primeira. Aconselho você, leitor, a ser firme na decisão de ler e aprender, pois o tema é belo e teologicamente abordado. Boa leitura e bênçãos de Deus.

DOM JOÃO INÁCIO MÜLLER, BISPO DE LORENA, SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

Neste livro de estudos, à luz do Amor Misericordioso, nos debruçaremos, pela fé e razão, nos mistérios de Deus revelados à humanidade.

No primeiro capítulo, trataremos do amor expresso na origem das criaturas; sobre a dignidade humana em relação ao Criador e também aos demais seres. Ainda no primeiro capítulo, trataremos do mistério do mal, sua raiz e desdobramentos, mas com aquele limite posto pelo Amor Misericordioso do Senhor da história, que consiste em um questionamento que aguarda resposta.

O segundo capítulo é dedicado ao amor redentor, em que, de forma sintética, estaremos tocando no conteúdo da Nova e Eterna Aliança, demonstrando como a centralidade do amor nos ajuda a compreender a ligação entre Jesus, o Reino, a Trindade e a Igreja.

O último capítulo está relacionado ao eixo cristológico com as dimensões plenificantes próprias da Revelação como um todo, que serão tratadas com o cuidado de demonstrar a sua ligação com o mistério do ser humano livre perante o Amor Trinitário e escatológico. Assim propomos uma tentativa de aprofundamento na percepção e abrangência transformadora do amor.

Quanto à metodologia aplicada, procuraremos selecionar e ordenar os temas, em torno da perspectiva histórica da Revelação, respeitando o mistério da relação do ser humano com Deus, com o outro, consigo mesmo e com as demais criaturas amadas. Para isso, serão utilizados como fontes a Palavra de Deus, documentos do Magistério eclesial, teólogos e outros contributos, que surgiram neste breve caminho em busca daquele desenvolvimento sistemático, centrado no dom supremo (cf. 1Cor 13), que norteará esta nossa construção em compreender os mistérios de Deus que iluminam os nossos dramas e mistérios humanos.



*Com Amor Misericordioso, a Santíssima Trindade tudo criou,
sem a ingenuidade humana de que tudo sairá, em tudo,
conforme o planejado.*

CAPÍTULO I

COMUNHÃO NO AMOR CRIADOR

Amor criativo e dignificante

No Pentateuco, rico em linguagem simbólica e resultado da conjugação e complementaridade de várias escolas (Javista, Eloísta, Sacerdotal, Deuteronomista), está o Livro do Gênesis, onde se encontram as respostas da Palavra de Deus para os vários e válidos questionamentos comunitários e pessoais¹. São questões que não estão presas ao passado, a medida em que se originam do coração e realidade humanas, permeados pela fé, esperança e amor, ou até mesmo angústias e dores, sentimentos que também tocavam o Povo de Deus da Antiga e Nova Aliança, como será visto mais adiante.

No primeiro capítulo deste primeiro Livro da Bíblia, há uma distinção literária fundamental em relação ao segundo capítulo, pois o primeiro relato criacionista (Gn 1,1-2,4) do código sacerdotal (P) é datado de VI-V a.C., enquanto o segundo código do Gênesis (Gn 2,4-25), atribuído à fonte javista (J) possui o registro mais antigo, de X-IX a.C. Contudo não significa que sejam de fácil identificação textual, assim como as suas influências limites.

¹ Cf. Pauline A. VIVIANO, Gênesis, *in* Dianne BERGANT; Robert J. KARRIS (Orgs.), *Comentário Bíblico, vol. I*, 1999, p. 55-57.

Segundo os peritos pode-se afirmar que no primeiro capítulo predomina um estilo (P) mais didático na exposição, teológico na abordagem, sensível às dimensões transcendentais e utilizador de abstrações e estrutura textual bem pensada. Já a forma de expressar a Palavra de Deus do códice (J), admite uma linguagem mais dramática; insistente na proximidade divina; ocupado em abordar a problemática do mal e com uma visão cósmica mais reduzida.

Embora diferentes nas abordagens, convergem em temas referentes à criação por obra do Deus Uno; os seres humanos criados por Deus com superior dignidade em relação às demais criaturas; a igualdade entre homem e mulher, assim como a pertença primordial de toda a humanidade no projeto criador e redentor de Deus².

Antes de tratar resumidamente nas formas em que as diversas tradições/escolas bíblicas, sob inspiração divina, abordaram temas tão importantes, convém introduzi-los com um tema transversal às Sagradas Escrituras e intimamente ligado ao mistério da Criação: o poder da Palavra criadora perante o mistério do universo. Tema que o Papa Francisco fez questão de abordar: “o mundo procede não do caos nem do acaso, mas de uma decisão, o que o exalta ainda mais. Há uma opção livre, expressa na palavra criadora. O universo não apareceu como resultado de uma onipotência arbitrária, de uma demonstração de força ou de um desejo de autoafirmação. A criação pertence à ordem do amor. O amor de Deus é a razão fundamental de toda a criação”³. Portanto, o universo foi criado por amor e por isso surgiu do nada.

No que se refere ao relato sacerdotal da criação, o elemento inicial da narração afirma a ação de Deus criando numa terra que se encontrava deserta e vazia, com trevas a cobrir o abismo e o Espírito de Deus pairando sobre as águas (cf. Gn 1,1), diferente da escola javista, que afirma o ato criador numa terra desértica e infértil, à

2 Cf. Alejandro Sierra MARTÍNEZ, *Antropología teológica fundamental*, 2002, p. 6-7.

3 LS 77.

espera das chuvas e cultivadores (cf. Gn 2). Quanto às expressões que envolvem trevas e abismo, de um mundo preexiste, os estudiosos percebem nisto a influência da mitologia do antigo Oriente Próximo, que diferente do Povo de Deus, defendia a criação do mal (trevas e abismos) também da parte de Deus. No caso do livro do Gênesis o autor sacerdotal deixa espaço ao mistério do mal⁴.

Por isso a fé no Deus Criador inclui uma iniciativa de amor que não dependeu de elementos anteriores ao mundo, como explica muito bem a São Doutrina Católica: “Cremos que Deus não precisa de nada preexistente nem de nenhuma ajuda para criar. A Criação também não é uma emanção necessária da substância divina. Deus cria livremente ‘do nada’; [...]. O poder de Deus se mostra precisamente quando parte do nada para fazer tudo o que quer”⁵.

Fato importante quanto mais se compreende que a “criação *ex nihilo* significa que o dom do ser é um dom livre de Deus; é devido a um excesso (*hyperbolê*) de bondade de sua parte (João Damasceno) [...] e não alguma necessidade nele. Mas a criação não seja necessária significa também que não é uma degradação do divino; o mundo não é ‘um aqui-em-baixo caído de um desastre obscuro’, é um mundo precioso, porque querido, dom gratuito e gracioso”⁶.

Um amor capaz de promover a comunhão, quando os amados nele centram-se dispostos a aprender com o Magistério da Igreja, com as experiências da humanidade e demais realidades criadas, sendo esta última instância citada, também comunicadora do amor de Deus, pois “na tradição judaico-cristã, dizer ‘criação’ é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto de amor de Deus, em que cada criatura tem um valor e um significado [...] a criação só pode conceber um dom que vem das mãos abertas do Pai

4 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*; p. 59.

5 CAT n. 296.

6 Irène FERNANDEZ, Criação, in *Dicionário Crítico de Teologia*, 2004, p. 475.

de todos, como realidade iluminada pelo amor que nos chama a uma comunhão universal”⁷.

Assim o Deus Uno que revela, pelo Livro da Criação, o amor criativo que demonstra ser Ele o fundamento Único, “pois nele vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28). À luz deste amor movente, criativo e dignificante, pode-se ler o relato sacerdotal (cf. Gn 1,1-2,4), no qual fica patente que a Criação nada tem a ver com as guerras dos deuses da mitologia babilônica. Por isso o autor insiste num refrão testemunhal desta iniciativa amorosa e transbordante do amor de Deus: “Deus disse...” (cf. Gn 1,3.6.9.11.14.20.24.26.29), isso de forma organizada, até verificar-se que no sexto dia “tudo quanto havia feito, e era muito bom” (Gn 1,31).

Por meio de repetições, o relato sacerdotal transmite a criação de Deus como um hino harmônico composto pelo Criador, que nomeia (v.5) como sinal de domínio; concede em sua fecundidade proveniente do solo criado e não advinda de supostos deuses (vv. 11-12). Assim sabiamente e também pelos detalhes crescentes o autor apresenta o mistério da Criação monoteísta e rebate aqueles recursos da linguagem mitológica colocados a serviço do politeísmo.

No relato da criação do homem, há um capricho nos detalhes ainda maior: “Façamos o ser humano à nossa imagem e segundo nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todos os animais selvagens e todos os animais que se movem pelo chão” (Gn 1,26)⁸. Como dado da criação do ser humano, este amor divino deu significado profundo ao que o autor bíblico quis dizer com imagem e semelhança, traduzindo assim uma realidade fundante que traduz uma vocação fundamental para todos, como teologizou São João Paulo II, o Papa das famílias, ao explicar que “chamando-o à existência por amor, chamou-o ao mesmo

⁷ LS 76.

⁸ Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 57.

tempo ao amor. Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação, e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão. O amor é, portanto, fundamental e originária vocação do ser humano”⁹.

Do contexto ao texto, chega-se ao versículo e até mesmo à riqueza que se possa “explorar” em cada expressão, como na utilização de um plural: “Façamos”. Sobre a tal expressão, surgiram teses apontando uma problemática literal, com variadas explicações, como aquela que identifica a utilização do “nós” como plural majestático ou apenas um recurso retórico comum, isso para certos especialistas¹⁰. Para outros perscrutadores da pluralidade e de sentidos nas Escrituras, inclusive o espiritual, o “Façamos” pode conter uma mensagem ligada à dignidade do ser humano na Criação e a indicação do mistério da Santíssima Trindade. Este último será tratado noutra capítulo.

O grande São Basílio (IV d.C.) bem representa a patologia grega oriental em seus interesses doutrinários, apologéticos e pastorais, comentando detalhadamente sobre o versículo acima citado. A seguir, um trecho que se refere à imagem e dignidade humana frente às demais criaturas:

Às feras e aos rebanhos, aos animais que nadam e aos que voam, Deus disse e foram feitos. Ainda não existia o homem; e delibera-se a respeito dele. Deus não disse, como aconteceu relativamente às outras criaturas: “Faça-se o homem”. Reconhece a tua dignidade. Tua origem não se encontra num mandamento. Deliberou Deus como viria à existência

9 FC 11.

10 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 57.

esse honroso ser vivo. “Façamos”. Um sábio delibera, um artista racional¹¹.

Outros escritos magisteriais ao longo dos pontificados ressaltaram a temática da dignidade humana, fundamentada na Palavra de Deus, que revela o seu infinito valor e origem no pensamento divino, não significando com isto uma preexistência, mas sim uma correspondência ao amor que não entrega a criatura amada ao acaso. Sendo assim, baseando-se também no Livro das Origens, o Papa Francisco ressaltou o lugar da dignidade, no contexto de uma ecologia integral e urgente:

A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e à semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Esta afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, que “não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas”. São João Paulo II recordou que o amor muito especial que o Criador tem por cada ser humano “confere-lhe uma dignidade infinita” [...]. O Criador pode dizer a cada um de nós: “Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conheci” (Jr 1,5). Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, [afirmava Bento XVI] “cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”¹².

Convém adentrar um pouco mais na teologia da *imago Dei* para depois então discorrer sobre a diferença complementar entre os

11 BASÍLIO DE CESAREIA, *Origem do Homem. Primeira Homilia: À imagem*, 1998, p. 45.

12 LS 65.

sexos e a capacidade e vocação ao domínio construtivo das demais realidades criadas, não humanas.

Uma imagem plural no amor

Um tipo de explicação possível, com base no primeiro capítulo do Gênesis, não menos revelador do valor humano perante as demais criaturas, verifica-se na teologia da imagem.

Certos estudos que partem da escrita do original hebraico procuram explicar o sentido literal do termo “imagem” no contexto real do mundo antigo, em que os reis criavam imagens (estátuas) que eram levadas às regiões mais distantes para representá-los.

Assim, o Criador fez o ser humano (*'adam*= humanidade) à sua imagem. Uma criação abençoada, enquanto homem e mulher para serem fecundos e se multiplicarem na terra, submetendo-a, assim como dominando as demais criaturas, segundo as Escrituras (cf. Gn 1,27-28). Desta forma, o autor inspiradamente estava expressando a criação da humanidade feita de homem (macho) e mulher (fêmea), sendo diferentes sexualmente, mas iguais em dignidade e missão de representar o Rei celeste no reino terrestre¹³.

Por isso cabe aqui a compreensão de “imagem” também como alma, que interessava aos especialistas gregos dos primeiros séculos, como confirma São Basílio em uma de suas homilias sobre a origem do ser humano: “Alguns intérpretes explicaram que o termo ‘modelou’ refere-se ao corpo, e a expressão ‘fez’ é relativa à alma. Talvez esta interpretação seja exata. Pois, quando foi dito: ‘Deus criou o homem, à imagem de Deus ele o criou’, foi usada a expressão: ‘criou’; mas, enfim, ao se referir à substância corporal, o termo empregado foi: ‘modelou’ [...]. Assim, a carne foi modelada, mas a alma foi criada”¹⁴.

13 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 58-59.

14 BASÍLIO DE CESAREIA, *Origem do Homem. Segunda homilia*, 1988, p. 63-64.

No entanto este interesse da patrística em explicar a origem do homem também pelo termo “alma” faz parte também do acervo das pesquisas filosóficas, ao longo dos tempos, as quais fizeram avançar várias teorias, como a do surgimento da alma por Derivação; Ema-
nação do ser supremo; Criação simultânea; Evolução da matéria e Criação individual e isolada. Embora esta última tenha sido a mais adotada pelos filósofos cristãos, pela razoabilidade e sua consonância bíblica, basta mencionar estas múltiplas teses sobre a origem da alma humana para se perceber o quanto esta temática extrapola o âmbito religioso, devido à importância antropológica. No entanto sabe-se que essas questões para a filosofia se encontram em aberto, tanto quanto a origem do corpo e da vida humana, uma vez que não há consenso, nem quando se aplica a via da evolução, tão apreciada pelo meio científico¹⁵.

Neste sentido, a chamada filosofia cristã, que bebe da luz proveniente da Palavra de Deus, precisa abordar o mistério do homem com abertura complementar e em diálogo com as demais filosofias. Porque na busca comum pela verdade, o enigma ou mistério do homem estará sempre presente na pauta do dia. Por isso São João Paulo II incentivou quando, no contexto da relação da fé e razão, se referiu ao auxílio da filosofia cristã no aspecto subjetivo e “o aspecto objetivo, que diz respeito aos conteúdos: A Revelação propõe claramente algumas verdades que, embora acessíveis à razão por via natural, possivelmente nunca seriam descobertas por ela, se abandonada a si própria”¹⁶.

Em outro contexto, também se torna válido ressaltar que os pensadores cristãos, na tentativa de melhor esclarecer a relação entre corpo e alma, deixaram-se influenciar por contributos filosóficos não cristãos. Assim, na temática complexa e relacional entre estes

15 Cf. Battista MONDIN, *Homem quem é ele?*, 2005, p. 281-282.

16 FR 76.

elementos, muitos homens empenhados nas questões existenciais e transcendentais procuraram uma matriz filosófica antiga. Basta citar Santo Agostinho e São Boaventura que se apoiaram, ainda que em partes e de forma crítica, em Pitágoras e Platão, tanto quanto Santo Tomás de Aquino em Aristóteles.

Promoveu-se assim um debate filosófico e teológico em torno da relação corpo e alma, com vitória cristã para o areopagita e tomistas, pois demonstraram melhor que “corpo e alma não podem ser entendidos como simples acidentes nem como duas substâncias completas [...]. Sendo dois elementos substanciais, corpo e alma são duas substâncias incompletas [...]. Concluindo, a alma e o corpo, não obstante a sua profunda diferença, constituem substância única, porque se integram e completam mutuamente”¹⁷.

Dito isto, pode-se adentrar, sem conceitualismos, no contributo do grande filósofo – Papa Wojtyła – pela chamada de Teologia do corpo, na qual também animada pelo Livro do Gênesis apresenta este termo – corpo – como abrangente da antropologia cristã, a qual procura crer e compreender cada vez mais e melhor o significado de ser imagem e semelhança divina, sem excluir a corporeidade¹⁸.

Por isso ao mencionar anteriormente o debate entre a relação de corpo e alma no percurso patrístico e medieval, assim como a referência à Teologia do corpo wojtyliana, pretende-se aqui introduzir apenas o quão rico e complementar será a relação com a teologia da alma, que também ajuda na compreensão do mistério do ser humano criado à imagem divina.

O grande teólogo Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, quando prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé introduziu

17 Battista MONDIN, *op. cit.*, p. 288-289.

18 Cf. JOÃO PAULO II, Através da comunhão de pessoas o homem torna-se imagem de Deus, in Miguel PEREIRA (coord.), *Teologia do Corpo. O Amor humano no Plano Divino*, 2013, p. 100.

o documento sobre temas atuais da escatologia, também se referindo sobre a pertinente utilização da expressão “alma”: “Utiliza-se o termo alma para designar esse elemento espiritual, seguindo a sua utilização na Escritura (cf. por exemplo, o Livro da Sabedoria [cf. Sb 3,1; 8,19; 9,15] e no Evangelho, Mt 10,28) e a Tradição. Naturalmente se reconhece que o termo possui significados diversos na Bíblia; no entanto, o Documento não vê motivos para abandonar o sentido antropológico do termo utilizado até agora”¹⁹. Uma compreensão aprofundada em vários tempos, inclusive em assembleias eclesiais e documentos oficiais, os quais traduziram em vários contextos o zelo da Igreja pela antropologia cristã²⁰.

Já na Constituição pastoral do último Concílio ecumênico, como antropologia conciliar se lê: “O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador” (GS 14). No Catecismo, em meio a tantas considerações, basta aquele direto esclarecimento: “Muitas vezes, a palavra ‘alma’ designa, nas Sagradas Escrituras, a vida humana, ou a pessoa humana inteira. Mas designa também o que há de mais íntimo no homem e o que nele de maior valor, aquilo que mais particularmente o faz ser imagem de Deus: ‘alma’ significa o princípio espiritual no homem”²¹.

Ao tratar sobre o mistério do amor, que neste livro está sendo apresentado como eixo sistemático, Bento XVI insiste na unidualidade antropológica da fé cristã, tentada ao longo dos tempos aos extremos frente à dimensão *eros* do amor. Assim a Igreja sempre chamada ao sábio equilíbrio do Espírito da Verdade captou criticamente esta dimensão

19 CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FE, *Temas actuales de Escatología*, 2003, p.16.

20 Cf. Pierre DUMOULIN, *O que é a alma?*, 2007, p. 22-34.

21 CAT n. 362.

indispensável do amor também chamada a uma participação naquela concentração, no amor, que gera a comunhão, a partir do mistério da pessoa (cf. DCE 5). No entanto se faz necessário recordar, reafirmar e confirmar os filhos da Igreja naquela íntima relação da sexualidade e dimensões do amor, capaz de promover uma sadia convivência entre humanos e casais, como ressaltou o Papa Francisco, em continuidade ao magistério Petrino:²².

São João Paulo II rejeitou a ideia de que a doutrina da Igreja leva a “uma negação do valor do sexo humano” ou que o tolere simplesmente “pela necessidade da procriação”. A necessidade sexual dos esposos não é objeto de menosprezo, e “não se trata de modo algum de pôr em questão aquela necessidade [...] O erotismo mais saudável, embora esteja ligado a uma busca de prazer, supõe a admiração e, por isso, pode humanizar os impulsos. Assim, não podemos, de maneira alguma, entender a dimensão erótica do amor como um mal permitido ou com um peso tolerável para o bem da família, mas como dom de Deus que embeleza o encontro dos esposos”²³.

Reflexo relacional no amor

Na busca de compreender a imagem divina na e por meio da relação humana, pode-se recorrer à segunda narrativa da Criação presente no Livro do Gênesis: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2,18). Então o Criador concede ao homem o poder de conferir nome aos animais, até perceber que não era capaz de permanecer sem uma realidade criada que lhe correspondesse na dignidade e

22 Cf. DCE 5.

23 AL 150-152, p. 11-12.

auxílio (cf. Gn 2,18-20). Por isso o homem (*'ishb*) estava precisando da mulher (*'ishshá*), não como uma subserviente nem tampouco como uma considerada inferior²⁴.

Esta diferença e complementaridade mútua, o Magistério vivo da Igreja conseguiu bem traduzir captando a antropologia bíblica, na qual confirma um espaço de solidão no homem, que nem a comunhão no amor com o Criador e demais criaturas poderia ser suficiente para preenchê-lo: “(...) o termo genérico de *Adam* sente uma solidão [...]. É necessário que entre em relação com um outro ser que esteja ao seu nível. Só a mulher, criada da mesma ‘carne’ e envolvida no mesmo mistério, dá um futuro à vida do homem. Isso dá-se a nível ontológico, no sentido que a criação da mulher da parte de Deus caracteriza a humanidade como realidade relacional”²⁵.

Por isso pode-se também crer e compreender que no mistério do ser humano, ele transmite a imagem de Deus ao ser constituído e expressar-se pela sua racionalidade e liberdade (faculdades da alma). Deste modo cada ser humano, homem ou mulher, adquiriu a capacidade de conhecer e amar a Deus²⁶. Também é preciso ressaltar que a faculdade de refletir a Deus está na vivência relacional com outro humano, desde a Criação, pois “trata-se de uma relação recíproca: do homem para com a mulher e da mulher para com o homem. Ser pessoa à imagem e semelhança de Deus comporta, pois, também um existir em relação, em referência ao outro ‘eu’. Isto preludia a definitiva autorrevelação de Deus Uno e Trino: unidade viva na comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo”²⁷. Esta relacionalidade tornada sacramento é potencializada e enriquecida de valores cristãos, como

24 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 59-61.

25 CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, 6.

26 Cf. MD 7.

27 MD 7.

bem afirmou Papa Francisco, ao discorrer sobre o mistério do amor na família:

Matrimônio é um sinal precioso, porque, “quando um homem e uma mulher celebram o Sacramento do Matrimônio, Deus, por assim dizer, ‘espelha-Se’ neles, imprime neles as suas características e o caráter indelével do seu amor. O matrimônio é o ícone do amor de Deus por nós. Com efeito, também Deus é comunhão: as três Pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo – vivem desde sempre para sempre em unidade perfeita. É precisamente nisto que consiste o mistério do matrimônio: dos dois esposos. Deus faz uma só existência” [...] Todavia, convém não confundir planos diferentes: não se deve atirar para cima de duas pessoas limitadas o peso tremendo de ter que reproduzir perfeitamente a união entre Cristo e a sua Igreja, porque o matrimônio como sinal implica “um processo dinâmico, que avança gradualmente com a progressiva integração dos dons de Deus”²⁸.

Esta relação entre o homem e a mulher fundamenta para a tradição da Igreja a instituição do Matrimônio, caracterizada por um vínculo considerado perpétuo e indissolúvel, em que o Autor divino conta com o livre consentimento dos esposos (cf. Gn 1,27-28; 2,22-23; Mt 19,3ss; Ef 5,23ss)²⁹.

O Concílio Vaticano II reafirmou a santidade do matrimônio e da família que por vários motivos encontram-se ameaçados: “A íntima comunidade de vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio do contrato [aliança] matrimonial, ou seja, com o irrevogável consentimento pessoal [...]

28 AL 121-122.

29 Cf. FCat, p. 1150.

Em vista do bem tanto dos esposos e da prole como da sociedade, este sagrado vínculo não está ao arbítrio da vontade humana”³⁰.

Como também não há de dispensar os vocacionados a tamanho dom e responsabilidade a trilharem um caminho dialogal de acompanhamento, inclusive eclesial, capaz de fornecer critérios para um discernimento que transcenda as motivações inconsistentes e insuficientes, como bem alertou o Papa Francisco quanto à seriedade do noivado:

Os noivos deveriam ser incentivados e ajudados a poderem expressar o que cada um espera dum eventual matrimônio, a sua maneira de entender o que é o amor e o compromisso, o que se deseja do outro, o tipo de vida em comum que se quer projetar. Estes diálogos podem ajudar a ver que, na realidade, os pontos de contato são escassos e que a mera atração mútua não será suficiente para sustentar a união. Não há nada de mais volúvel, precário e imprevisível que o desejo, e nunca se deve encorajar uma decisão de contrair matrimônio se não se aprofundaram outras motivações que confirmam a este pacto reais possibilidades de estabilidade³¹.

Desta forma, é preciso estar centrado no amor do Criador para conseguirem assumir, expressar a identidade, beleza e missão matrimoniais, também caracterizadas pela reciprocidade de um amor verdadeiramente humano, ou seja, que não se baseia nos instintos inconscientes, mas assume o amor em sua inteireza humana (espiritual e sensível), feito de totalidade, exclusividade, fidelidade e fecundidade. A Igreja assim insiste nesta indispensável reciprocidade deste amor conjugal, na qual os esposos em comunhão colaboram mutuamente no caminho de santidade, na geração e educação dos filhos, sob o auxílio divino³². Outra importante passagem bíblica revela: “Por isso

30 GS 48.

31 AL 209

32 HV 8-9.

deixará o homem o pai e a mãe e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne” (Gn 2,24). Nela os verbos deixar e unir expressam biblicamente um relacionamento de aliança³³.

De fato a instituição matrimonial traz em sua essência o amor de aliança, ou ainda um elo entre o Povo do Antigo Testamento e do Novo, pois o amor conjugal aponta para a plenitude quando passa a expressar sacramentalmente o amor de Cristo pela Esposa Igreja (cf. Ef 5,23s)³⁴. Nas palavras do Papa das famílias: “A comunhão de amor entre Deus e os homens, conteúdo fundamental da Revelação e da experiência de fé de Israel, encontra uma significativa expressão na aliança, que se instaura entre o homem e a mulher”³⁵.

O amor zeloso

Salvaguardado o mistério relacional do ser humano com Deus e seus desdobramentos familiares, percebe-se que no Livro do Gênesis, e não apenas nele, (cf. Sl 8; 19,2-7; 33,6-9; 104; Is 40,12-26; Jô 38-39; Pr 8,22-31) existe também como intrínseco ao Projeto de amor do Criador a vocação do homem e da mulher em cooperarem na administração e elevação de todas as realidades criadas. Como bem expressou o salmista de maneira admirada perante a Grandeza e generosidade do Senhor para com a criatura humana: “Que coisa é o ser humano, para dele te lembrares, o filho do homem, para o visitares? No entanto o fizeste só um pouco menor que um deus, de glória e de honra o coroaste. Tu o colocaste à frente das obras de tuas mãos. Tudo puseste sob os seus pés” (Sl 8,5).

As Sagradas Escrituras deixam claro que o Senhor foi quem concedeu ao ser humano “autoridade sobre tudo o que há sobre a terra” (Eclo 17,3). Portanto, foram concedidos por Deus um dom e

33 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 61.

34 Cf. FC 12-13.

35 *Idem* 12.

uma responsabilidade enormes, reconhecidos pela Igreja, que serve a Palavra de Deus reveladora do ser humano “capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus”³⁶. Mas tudo tem seu limite! É preciso como coroa desta Criação, gerenciá-la segundo aquele equilíbrio e sabedoria dado pela conjugação entre a Caridade e a Verdade³⁷.

Também podemos encontrar nas Escrituras a colaboração do ser humano com o seu Criador: “Façamos o ser humano à nossa imagem e segundo nossa semelhança para que domine [...]” (Gn 1,26). E ainda: “Deus formou da terra a todos os animais selvagens e todas as aves do céu, e os apresentou ao homem para ver como os chamaria [...] E o homem deu nome a todos os animais domésticos, a todas as aves do céu e a todos os animais selvagens [...]” (Gn 2,20).

Retoma-se aqui pelo autor sacerdotal aquele sentido literal de “imagem” das Escrituras, em que uma estátua com a figura do rei era levada a lugares onde ele não poderia estar pessoalmente, e assim esta imagem o representaria em seu domínio. Do mesmo modo o ser humano criado à imagem do Criador também estaria na terra vocacionado a comunicar o domínio do Rei dos Céus.

No que diz respeito à relação do ser humano com as demais criaturas, o autor javista apresenta o surgimento do primeiro humano (*adam*) com um vocábulo que não significa o nome de um indivíduo, mas sim uma expressão hebraica semelhante a solo (*adama*), de onde aquele foi feito. Assim dá a entender que há uma relação profunda e de dependência com a terra e seu cultivo, na qual o ser humano é chamado a se relacionar bem com outros seres, ainda que possuidores de dignidades diferentes: “Deus formou o ser humano com o pó do

36 GS 12.

37 Cf. CV 48.

solo, soprou-lhe nas narinas o sopro da vida, e ele tornou-se um ser vivente” (Gn 2,7).

O ser humano depende e necessita sempre do Senhor da vida, como também depende da terra para cultivar e sobreviver. Embora os animais sejam apresentados como seres vivos, o autor (J) apresenta em sua narrativa o Criador dialogando apenas com o ser humano, dando a ele a responsabilidade de nomear, ou seja, dominar as demais criaturas que não sejam humanas (cf. Gn 2,20)³⁸.

Sendo assim, torna-se possível a fundamentação de uma autonomia do ser humano perante o Criador, como recordou o Concílio Vaticano II: “Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia”³⁹.

O Papa Francisco em toda a sua Encíclica sobre o cuidado da casa comum ajuda a fazer uma avaliação proativa, corajosa e humilde sobre a qualidade da responsabilidade humana perante o dom e a tarefa da Criação, urgentes no mundo contemporâneo⁴⁰.

O confinamento do amor

Ao tratar sobre o elemento do pecado, sua relação com o mistério do mal e da Providência divina, podem-se considerar as inúmeras e dramáticas questões que tocam não apenas à Tradição judaico-cristã, mas às outras religiões e a todos os povos de todos os tempos⁴¹.

Desta maneira São João Paulo II, esteve em comunhão com o espírito e letra do Vaticano II, que conseguiu traduzir muito bem a solidariedade eclesial com todos e quaisquer dramas humanos, ao

38 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 59.

39 GS 36.

40 Cf. LS 2.

41 Cf. FR 1.

afirmar que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco o seu coração”⁴².

Diante de tantas angústias e incertezas, pode-se levantar uma série de questionamentos acerca do pecado e da origem do mal, como: se Deus é onisciente, onipotente e onipresente, Ele não poderia prever que ao criar um ser, feito à sua imagem e semelhança, poderia dar algo errado, pois isto implicaria em uma pessoa livre e por isso capaz de fazer escolhas boas ou más? Deus não falhou ao não ter controlado as suas criaturas, dos anjos aos seres humanos? São algumas questões inquietantes e pertinentes que se fazem presentes a quem se encontra num mundo marcado pelo mistério do mal.

Contudo, confrontar o núcleo destas últimas perguntas pode esclarecer se realmente elas se baseiam no mesmo Ser e Amor revelados pela Sua Palavra, ou se referem-se a um deus questionável, que cria marionetes controladas segundo o seu bel-prazer?

Com a profissão de fé “Credo do Povo de Deus”, a Igreja ratificou a sua fé no Deus pleno em atributos e sem nenhuma contradição ou omissão frente às amadas criaturas, a começar pela humanidade: “Ele é Aquele que É, conforme ele próprio revelou a Moisés; ele é Amor como nos ensinou o Apóstolo São João; de tal maneira que estes dois nomes – Ser e Amor – exprimem inefavelmente a mesma divina essência daquele que se quis manifestar a nós e que, habitando uma luz inacessível, está por si mesmo, acima de todo nome, de todas as coisas e de todas as inteligências criadas”⁴³.

Igualmente a Igreja não se apresenta arrogantemente como detentora de um léxico de perguntas e respostas rápidas, muito pelo

42 GS 1.

43 PAULO VI, *O Credo do Povo de Deus*, 2014, p. 17.

contrário, como dá a entender o *Compêndio da Igreja Católica*, ao assumir a pergunta e responder com sabedoria e humildade: “Se Deus é onipotente e providente porque é que existe o mal? A esta pergunta, tão dolorosa quanto misteriosa, só o conjunto da fé cristã pode dar resposta. Deus não é de maneira nenhuma, nem diretamente nem indiretamente, a causa do mal. Ele ilumina o mistério do mal no seu Filho Jesus Cristo, que morreu e ressuscitou para vencer aquele grande mal moral que é o pecado dos homens e que é a raiz dos outros males”⁴⁴.

Passa-se aqui para a apresentação sistemática das raízes de tantos males que não são capazes de se antecipar ao amor de Deus e sua resposta de misericórdia, que consistiu na primeira perda da comunhão com Deus, refletida no relacionamento para com o próximo, consigo mesmo e com as demais criaturas. São raízes que parecem não parar de crescer e influenciar negativamente os alicerces humanos da construção desta ponte de comunhão, tão bem projetada e executada pelo Criador. Um Plano e uma meta que contava desde sempre com a comunhão, participação e mediação, em diferentes aspectos, daquele único ser “modelado por Deus” (cf. Gn 2,7): “Deus criou tudo para o homem, mas o homem foi criado para servir e amar a Deus e oferecer-lhe toda a criação”⁴⁵, por isso na hierarquia dentre as criaturas o ser humano foi revelado pelo Senhor como obra-prima na Criação⁴⁶.

Perante a infinita dignidade da humanidade criada, os Padres do último Concílio, em diálogo com o mundo contemporâneo, explicaram que a Igreja ao considerar a pessoa humana semelhante a Deus está também afirmando que tal dom “torna manifesto que o homem, única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si

44 CAT. *Compêndio* n. 57.

45 CAT n. 358.

46 *Idem* n. 342.

mesma, não se pode encontrar plenamente a não ser no sincero dom de si mesmo”⁴⁷.

Uma doação verdadeiramente total, humana, mas não como um ser absoluto, pois seu mistério “consiste na racionalidade e na liberdade, denota a grandeza e a dignidade do sujeito humano que é pessoa. Apesar disso, este sujeito pessoal é sempre uma criatura que na sua existência e essência depende do Criador”⁴⁸.

Escolhido para ser centrado no amor e capacitado para tudo centrar no Senhor, em cooperação com a Providência divina, pois “criação tem sua bondade e a sua perfeição próprias, mas não saiu completamente acabada das mãos do criador. Ela é criada ‘em estado de caminhada’ (*in statu viae*) para uma perfeição última a ser ainda atingida, para qual Deus a destinou”⁴⁹.

O ser humano “sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador”⁵⁰. Verdade que era verificada por São Basílio, como nota da dignidade da pessoa humana: “Na verdade, o homem é uma miniatura do cosmo (microcosmo), e têm inteira razão os que o honram com tal designação”⁵¹. Por isso e por muito mais, já tratado neste livro, ainda que resumidamente, o Criador, antes de descansar no sétimo dia, “viu tudo quanto havia feito, e era muito bom” (cf. Gn 1,31).

Isso tudo de maneira intacta, imaculada e paradisíaca, até ocorrer o possível, embora improvável, que não significa imprevisível ao Senhor, mas que desde a Antiga Aliança a misericórdia Dele tem se revelado como força capaz de colocar limite ao mal e em

47 GS 24.

48 DeV 36.

49 CAT n. 302.

50 GS 14.

51 BASÍLIO DE CESAREIA, *op. cit.*, p. 75.

sua onipotência amorosa de Deus tem derrotado toda prepotência e poder destrutivos tanto do egoísmo como de todo ódio⁵².

De fato, os Papas têm insistido em demonstrar a urgência da misericórdia divina, desde o Antigo Testamento, até chegar a plenitude em Cristo Jesus: “Paciente e misericordioso é o binômio que aparece, frequentemente, no Antigo Testamento para descrever a natureza de Deus. O fato de Ele ser misericordioso encontra um reflexo concreto em muitas ações da história da salvação, e que a sua bondade prevalece sobre o castigo e a destruição”⁵³. Esta foi e continua a ser a resposta do Senhor frente às misérias do seu Povo amado. Basta prosseguir no Livro do Gênesis quando se percebe na linguagem antropomórfica a tentativa de traduzir a sensibilidade do Senhor da história para com as escolhas humanas: “O Senhor viu o quanto havia crescido a maldade das pessoas na terra e como todos os projetos de seus corações tendiam unicamente para o mal. Então o Senhor arrependeu-se de ter feito o ser humano na terra e ficou com o coração magoado” (Gn 6, 5-6).

Retornar ao terceiro capítulo do Gênesis auxilia na compreensão destes mistérios que se entrelaçam: amor, pecado, misericórdia e conversão. No cenário bíblico do Éden a tradição javista apresenta, no centro do jardim de Deus, a árvore da vida e a árvore do bem e do mal (cf. Gn 2,9), momento em que surge uma ordem expressa do Criador e Senhor: “O Senhor Deus deu-lhe uma ordem dizendo: Podes comer de todas as árvores do jardim. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não debes comer, porque, no dia em que dele comeres, com certeza morrerás” (Gn 2,16-17).

Segundo alguns estudos bíblicos, a mitologia do Oriente Próximo já conhecia a figura da árvore da vida como portadora

52 BENTO XVI, *III Aniversário da morte do servo de Deus João Paulo II*, in Homilia (on line), 2008, disponível em <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2008/documents/hf_ben-xvi_hom_20080402_anniv-morte-gpii.html>, acesso em: 01/10/2015. 53 MV 6.

da imortalidade, há neste trecho a presença de um simbolismo capaz de ser compreendido por leituras paralelas, as quais abordam a temática do bem e do mal (cf. Dt 1,39; Is 7,15-16; 1Rs 3,9; 2Sm 14,17).

Assim, pode-se dizer que neste jardim, tão parecido com os grandes jardins dos reis do mundo antigo, encontra-se uma árvore do conhecimento do bem e do mal, sem precedentes ou paralelos literários com o Oriente Próximo antigo. A interpretação possível aqui seria a capacidade de discernimento, de conhecer o bem e o mal, uma exigência para os reis e adultos daquele tempo. O simbolismo utilizado pelo autor (J) indica o desrespeito aos limites apresentados pelo Criador, que sabe o que é melhor para a criatura amada⁵⁴.

Quanto à força simbólica daquela árvore, a Sã Doutrina Católica parece concordar com os estudos bíblicos, pois a misteriosa árvore “evoca simbolicamente o limite intransponível que o homem, como criatura, deve livremente reconhecer e respeitar com confiança. O homem depende do Criador, está submetido às leis da criação e às normas morais que regem o uso da liberdade”⁵⁵.

Desse modo, as pessoas de todos os tempos precisam dar ouvidos ao juízo da própria consciência, que tem o seu aspecto prático e racional quanto ao bem que se deve fazer e o mal que se deve evitar, contudo sem estabelecer leis, mas atestando as leis naturais e divinas, auxiliando a pessoa humana em sua aplicação em cada caso particular⁵⁶. Este sábio e íntimo autodiálogo, sem individualismo ou intimismo, difere bem do diálogo sempre desastroso com a serpente, pois consiste no dom da consciência. Ensinava o doutor da Igreja, São Boaventura: “Precisa ser escutado e obedecido com aquela disposição

54 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 60-62.

55 CAT n. 396.

56 Cf. VS 59.

de quem ouve os mensageiros do rei, os quais são arautos não de si mesmos, mas de quem os envia”⁵⁷.

São João Paulo II à luz do Concílio Vaticano II, tão atento a esta temática, afirma: “A consciência, portanto, não é uma fonte autônoma e exclusiva para decidir o que é bom ou mau. Pelo contrário, está nela profundamente gravado um princípio de obediência, relacionado com a norma objetiva, que fundamenta e condiciona a conformidade das suas decisões com os mandamentos e as proibições que estão na base do comportamento humano, como transparece na citada página do Livro do Gênesis (cf. Gn 2,9.17)”⁵⁸.

A serpente sedutora e hábil, em meias verdades ou meias mentiras (cf. Gn 3,1-4), provavelmente provenha da serpente utilizada nos cultos pagãos à fertilidade, que o povo de Israel era muito tentado e seduzido a participar, cedendo em algumas ocasiões, como Eva e Adão (cf. Gn 3,6)⁵⁹. Da parte do Catecismo da Igreja Católica, com base na Palavra de Deus, a tal serpente enganadora é identificada, do princípio ao fim da história, com aquele ser espiritual criado bom e livre, mas que se tornou especialista em quedas, pois “Satanás ou o Diabo, bem como os demais demônios, são anjos decaídos por terem se recusado livremente a servir a Deus e a seu desígnio. Sua opção contra Deus é definitiva. Eles tentam associar o homem à sua revolta contra Deus”⁶⁰.

No caso dos primeiros Pais, a astuta serpente conseguiu, surgindo daí o pecado original, definido no Catecismo: “O homem, tentado pelo Diabo, deixou morrer em seu coração a confiança em seu Criador e, abusando de sua liberdade, desobedeceu ao mandamento de Deus. Foi nisto que consistiu o primeiro pecado do homem. Todo

57 DeV 43.

58 DeV 43.

59 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 61.

60 CAT n. 414.

pecado, daí em diante, será uma desobediência a Deus e uma falta de confiança em sua bondade”⁶¹.

A descentralização no amor verdadeiro

Como consequência do pecado original o primeiro homem e a primeira mulher passaram a “experimentar no íntimo do coração em toda a sociedade e na própria ordenação cósmica, a divisão que provém unicamente da sua livre decisão contra Deus [...]. Buscando a própria felicidade nas criaturas, submete-as à vaidade e as escraviza à corrupção”⁶². No entanto São Paulo apresentou, em Cristo, uma esperança escatológica para todos: “Também a própria criação espera ser libertada da escravidão da corrupção, em vista da liberdade que é a glória dos filhos de Deus” (Rm 8,21).

Ao comer o fruto, Adão e Eva abriram as portas para a morte, perdendo assim o dom sobrenatural da imortalidade a envolver o ser humano em sua unidade e dualidade (corpo e alma) (cf. Gn 3,23)⁶³. O último Concílio, revestido de realismo e esperança, confirmou o ensinamento de que a morte física não estava no Plano amoroso do Criador: “A fé cristã ensina, além disso, que a morte corporal, da qual o homem teria sido isento se não tivesse pecado, será vencida, quando o homem for restituído à salvação, que por sua culpa perdera, pelo onipotente e misericordioso Salvador”⁶⁴.

Depois do pecado original se perdeu a sintonia com o amor perfeito e a contradição, mais acréscimo de limites, fizeram morada no mistério do ser humano, sem contudo destruí-lo. Gerou-se uma série de obstáculos relacionais, os quais precisariam ser encarados com serenidade e sabedoria misericordiosa, como deu a entender

61 *Idem* n. 397.

62 SÍNODO DOS BISPOS, *A Reconciliação e a penitência na Missão da Igreja*, 1983, p. 33.

63 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 61-63.

64 GS 18.

pastoralmente o Papa Francisco, inclusive no relacionamento entre os esposos: “Assim é possível aceitar, com simplicidade, que todos somos uma complexa combinação de luzes e sombras. O outro não é apenas aquilo que me incomoda; é muito mais do que isso. E, pela mesma razão, não lhe exijo que seja perfeito o seu amor para o apreciar: ama-me como é e como pode, com os seus limites, mas o fato de o seu amor ser imperfeito não significa que seja falso ou que não seja real”⁶⁵.

Outra consequência do pecado original foram os “olhos abertos”. A experiência humana foi aberta para a culpa e a vergonha próprias de quem rompeu o relacionamento imaculado com Deus. O relacionamento entre homem e mulher ficou marcado por instintos desordenados e busca do domínio do outro (cf. Gn 3,8-13;16).

Tornar-se “como Deus” era uma falsa promessa da serpente e traduz o núcleo do pecado nas origens, inoculando uma das piores tendências do coração humano: o orgulho. Sobre essa má inclinação dizem as Escrituras: “Princípio da soberba do homem é afastar-se de Deus: daquele que o fez, o seu coração se aparta. Pois o princípio de todo pecado é a soberba: quem a tiver, fará ferver a maldição e ela, no fim, o destruirá” (Eclo 10,14-15). Quando o ser humano cede a esta “tendência mãe”, ele passa a atribuir para si a capacidade de decidir e construir o que seria o melhor para si e para os outros, à revelia da Palavra de Deus, como infelizmente concretizou-se: “Então o Senhor Deus disse: “Eis que o homem tornou-se como um de nós, capaz de conhecer o bem e o mal” (cf. Gn 3,22).

Em decorrência disso, o homem fica entregue ao mundanismo, que gera e dá à luz várias formas fúteis e passageiras, ou seja, às concupiscências provenientes “da desobediência do primeiro pecado, transtorna as faculdades morais do homem e, sem ser pecado em si mesmo, inclina-o a cometê-lo”⁶⁶.

65 AL 113.

66 CAT n. 2515.

Sobre as consequências, a Doutrina Social da Igreja ensina: “O mistério do pecado se compõe de uma dúplice ferida, que o pecador abre no seu próprio flanco e na relação com o próximo. Por isso se pode falar de pecado pessoal e social: todo pecado é pessoal sob um aspecto; sob outro aspecto, todo pecado é social, enquanto e porque tem também consequências sociais [...]. No fundo de cada situação de pecado encontra-se sempre a pessoa que peca”⁶⁷.

Assim os outros castigos que aparecem estão ligados às linguagens etiológicas utilizadas pelo autor (J), procurando explicar a causa de tantos sofrimentos no presente (cf. Gn 3,16-19). Mas o autor bíblico não deixa de semear esperança e misericórdia em resposta ao mistério do mal narrado, pois Deus não deixa de manifestar-se ao homem pecador, dirigindo-lhe a Palavra de amor e justiça, a qual o interpela para o arrependimento (cf. Gn 3,9-13)⁶⁸.

A onipotência e inocência da misericórdia frente ao mal

Até mesmo o mistério dos sofrimentos humanos pode participar desta pedagogia de conversão, iniciada desde a Antiga Aliança⁶⁹.

Na Palavra de Deus, no Gênesis, encontra-se a repreensão da serpente, que somente mais tarde foi identificada como ação não somente maligna, mas do maligno para a desgraça humana, pois “Deus criou o ser humano incorruptível e o fez à imagem de Sua própria natureza: foi por inveja do diabo que a morte entrou no mundo, e experimentam-na os que são do seu partido” (cf. Gn 3,14; Sb 2,23-24). Mesmo diante da desobediência humana, Deus dá ao homem e a mulher – que recebeu do homem o nome de Eva por indicar vitória da vida – vestes novas feitas por próprio Senhor

67 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 2011, p. 76-77.

68 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 61-63.

69 Cf. SD 12.

da misericórdia: “O homem chamou à sua mulher ‘Eva’, porque ela se tornou a mãe de todos os viventes. E o Senhor Deus fez para o homem e sua mulher roupas de pele com as quais os vestiu” (Gn 3, 21)⁷⁰. Uma ênfase à resposta do amor frente ao mal apresenta-se mais adiante quando Deus diz: “Trazei depressa a melhor túnica para vestir [meus filhos Adão e Eva]” (Lc 15,22).

No Livro do Gênesis e ao longo de toda a Bíblia encontram-se as consequências do pecado original e dos pecados pessoais que não são imputados aos primeiros Pais, mas que continuam a demonstrar uma “lógica” real e existente no mundo. De forma emblemática também está presente no fratricídio de Caim contra Abel (cf. Gn 4,1-16), demonstrando o poder da cólera e da inveja, capaz de tornar o homem inimigo do próprio homem⁷¹.

Logo o que ocorreu no Éden e com o Povo de Deus deportado para a Babilônia (cf. Ex 24-25) não significou que o Senhor estaria tentando alguém (cf. Tg 1,13-15), mas em uma demonstração do dom de escolher e arcar com as possíveis consequências. Assim no percurso histórico da pedagogia divina e salvífica, Ele é capaz de tirar um bem maior para os seus amados, sem precisar compactuar com o mal, pois para Deus os fins jamais justificarão maus meios, porque o Sumo Bem só pode orientar para o bem (cf. Dt 30,15.19)⁷² e tratar segundo o seu Amor Misericordioso, como experimentou o salmista: “O Senhor é misericordioso e compassivo, lento para a cólera e rico em bondade [...]. Não nos trata conforme nossos pecados, não nos castiga conforme nossas culpas” (Sl 103,8.10).

70 Cf. Pauline A. VIVIANO, *op. cit.*, p. 61-63.

71 Cf. EV 8.

72 CAT n. 1753-1754; cf. CAT. *Compêndio* 57-58.



O Amor Trinitário no processo da redenção revelou que a misericórdia divina pode fazer aliança com quem dela sempre receberá, no tempo, um novo voto de confiança e nova oportunidade de recomeço.

CAPÍTULO II

COMUNHÃO NO AMOR REDENTOR

O Amor Misericordioso em sua causa e eficiência

Para se compreender ainda melhor o mistério do Amor Misericordioso e a redenção, assim como a causa daquelas “Alianças de misericórdia”, convém contextualizar o termo *hesed* na família de palavras em hebraico que remete a três raízes: *hânan*, *râham* e *hâsad*. Conjuntamente aparecem 369 vezes, isto sem considerar os textos que não correspondem ao original hebraico⁷³. Os significados destes três termos no Antigo Testamento (AT) convergem para a tradução como “misericórdia”, mas devido à riqueza e à complexidade semântica aparecem, dependendo do contexto e tradução, como “bondade”, “benignidade”, “solidariedade”, “graça”, “lealdade”, “agir lentamente”, “amor contante”, “ter misericórdia de”, “ser gracioso”, “misericordioso”, “favor”, “sentimento fraternal e maternal”; “terna misericórdia”, “devoção”, “generosidade”. Quanto à etimologia do termo *hesed*, chega-se ao conceito de *snaith*, que no AT significa “intensidade” e “agudeza”⁷⁴.

73 Dominique CERBELAUD, Misericórdia, in *Dicionário Crítico de Teologia*, 2004, p. 1150.

74 HOAD, J. W. L. HOAD, Misericórdia, Misericordioso, in *O Novo Dicionário da Bíblia*, 1995, p. 1054.

Focalizando mais o conceito *hesed* pode afirmar que sua riqueza encontra-se testemunhada nas Sagradas Escrituras, pois como Povo de Deus os hebreus experimentaram e viveram da piedade e misericórdia do Senhor, isto desde os primórdios de sua formação (cf. Ex 34,6). Em sua revelação, o Deus de Israel sempre tratou com compaixão o Povo eleito, preferindo a misericórdia do que a ira merecida (cf. Os 11,8s).

Frente aos pecados do povo, Deus não se cansa de revelar livremente a sua imensa misericórdia⁷⁵. Por isso pode-se afirmar que a rica e longa história do Povo de Deus se entrelaça à revelação e experiência com a misericórdia divina harmonizada à sua justiça, embora a ultrapasse muitas vezes em prol do Povo. Dessa forma, a misericórdia fez história de salvação pessoal e comunitária com reflexos sociais.

Por sua iniciativa, o Deus misericordioso fez continuamente Aliança com o Povo por Ele próprio formado e eleito, apesar de muitas infidelidades. Também como prova da compaixão divina, quando pecavam, por diversas vezes, houve um envio profético para serem exortados a recorrer à misericórdia divina (cf. Is 1,18; 51,4-16); a fim de renovarem a Aliança com Deus (cf. Ne 9); buscarem ao Deus Esposo compassivo e paciente com a falta de amor da Amada (Povo) (cf. Jr 31,20). A experiência histórica do Êxodo também frutificou em obras e palavras divinas, graças à misericórdia (*hesed*) de Deus, que ouviu compadecido o clamor do povo sofredor e assim decidiu libertá-los do Egito, mesmo sabendo que poderia ser traído (cf. Ex 3,7; 34).

Uma misericórdia paterna que considera e trata Israel como filho primogênito (cf. Ex 4,22), a ponto de triunfar sobre a justiça, sem contradizê-la, seja frente às misérias de membros desconhecidos, ou de um rei David, que peca e se arrepende profundamente (cf. Sm 11; 12; 24,10); ou o descendente Salomão que recorre sabiamente

75 Johannes Baptist BAUER, Misericórdia. in *Dicionário Bíblico-Teológico*, 2000, p. 265.

à misericórdia pela oração (1Sm 8,22-53) e tantos patriarcas, reis, profetas e outros membros do Povo de Deus ou demais povos⁷⁶.

Na sua Encíclica consagrada à misericórdia divina, São João Paulo II partilha da seguinte forma a relação de misericórdia e justiça: “O amor condiciona, por assim dizer, a justiça, e, em última análise, a justiça serve a caridade. O primado e a superioridade do amor em relação à justiça – ponto característico da Revelação – manifestam-se precisamente através da misericórdia”⁷⁷.

Na esteira da Revelação veterotestamentária, apresenta-se a misericórdia encarnada – Jesus Cristo, não veio trazer tantos conceitos novos, mas como escreveu Bento XVI ao discorrer sobre o amor, a novidade é mais profunda e testemunhal: “A verdadeira novidade do Novo Testamento não reside em novas ideias, mas na própria figura de Cristo, que dá carne e sangue aos conceitos – um incrível realismo [inclusive *hesed*]⁷⁸”.

Quando *hesed* e os outros termos foram traduzidos para o Novo Testamento, ganharam em sua riqueza polissêmica outras variantes a saber: “Haurindo seu vocabulário na Bíblia dos LXX, ele faz grande uso dos termos derivados das raízes *eleein* (“ter piedade”), *oikteirein* (“ter compaixão”), *kharis* (“graça”) e *splankhna* (“entranhas”, mas sobretudo “compaixão”) – aqueles mesmos que a tradução grega utilizava para verter as três raízes hebraicas evocadas acima”⁷⁹.

No Evangelho de S. Lucas, a Boa Nova misericordiosa é manifestada pelos lábios do castigado Zacarias e da agraciada Virgem Maria, porque tudo ocorreria em decorrência da expansão da misericórdia, fidelidade do coração de Deus misericordioso para com o povo e em memória aos antepassados (cf. Lc 1,50.80).

76 Cf. *Dives in Misericórdia* 4.

77 *Ibidem*.

78 DCE 12.

79 Dominique CERBELAUD, *op.cit.*, p. 1151.

Com maior profundidade e simplicidade Cristo revela plenamente a essência misericordiosa de Deus Uno e Trino, por meio de atos, palavras e sinais. Dentre tantas Parábolas, a do Filho Pródigo ou do Pai Misericordioso permitem uma analogia que remete às Alianças rompidas por parte de Israel, mas também demonstram o Evangelho da misericórdia com abrangência pessoal, comunitária e universal, pois quem não se pode colocar n'Aqueles braços que acolhe e restaura:⁸⁰. Como apóstolo da misericórdia divina, S. João Paulo II fez também referência ao tempo hebraico: “A fidelidade a si próprio por parte do pai – traço característico já conhecido pelo termo do Antigo Testamento “*hesed*” – exprime-se de modo particularmente denso de afeto”⁸¹.

Ainda sobre a Parábola citada, pode-se afirmar que bem sintetiza o núcleo do Evangelho da misericórdia no Novo Testamento, pois é capaz de demonstrar, em meio a riqueza de mensagens possíveis, o nexó entre a compaixão e a verdade, que quando unidas colocam-se a serviço da restauração da vida e dignidade humana, “pois este meu filho estava morto e voltou a vida, estava perdido e foi reencontrado” (Lc 15,24)⁸². Ao longo da Encíclica, *Divis in Misericordia*, S. João Paulo II comunicou uma teologia simples e profunda sobre a misericórdia (*hesed*), centrada no mistério pascal.

O termo misericórdia é plural e comunica que a Aliança com Deus se dá por laços de generosidade e por isso serve de grande auxílio para o convívio e a nova evangelização. A misericórdia aponta para a graça batismal (cf. Tt 3,5); está presente na bem-aventurança (cf. Mt 5,7); faz parte daquela ordem divina capaz de assemelhar os filhos ao Pai das misericórdias (cf. Lc 6, 36); ajuda no aprendizado constante que supera os sacrifícios antigos e não pode faltar aos novos

80 Cf. DM 5.

81 DM 6.

82 *Ibidem*.

(cf. Mt 9,13); aponta para a necessidade de perdoar e se preparar para a misericórdia final (cf. Mt 6,12; Tg 2,12-13) e diz de uma virtude indispensável e urgente aos relacionamentos (cf. Ef 4,32; 1Pd 3,8).

Por ocasião do Jubileu extraordinário da misericórdia, o Papa Francisco recordou a Igreja e toda a humanidade sobre a necessidade de se contemplar este atributo divino, desejando encarná-lo, com e como Àquele que “é o rosto da misericórdia do Pai”⁸³. Esclareceu com palavras simples e profundas o quanto a misericórdia não contradiz a verdade, quando respondeu ao jornalista Andrea Tornelli: “A misericórdia é verdadeira, é o primeiro atributo de Deus. Depois, podem-se fazer reflexões teológicas sobre doutrina e misericórdia, mas sem esquecer que a misericórdia é doutrina. Contudo, gosto mais de dizer: a misericórdia é verdadeira”⁸⁴. Desta forma com palavras sábias e gestos acessíveis convidou a todos a fazer uma contínua experiência com esta realidade divina que precisa ser contemplada sempre, pois existem razões para esta fé, ou seja, para uma confiança ilimitada, com respaldo antropológico:

Precisamos sempre contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz. É condição da nossa salvação. Misericórdia: é palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade. Misericórdia: é o ato último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro. Misericórdia: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontro no caminho da vida. Misericórdia: é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança

83 MV 1.

84 FRANCISCO, *O nome de Deus é misericórdia*, 2016, p. 97/ Bibliografia final: FRANCISCO. *O nome de Deus é misericórdia*. 2ªed. São Paulo: Planeta, 2016.

de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado⁸⁵.

Por isso, a misericórdia está na essência da salvação (justificação), configura o novo Povo de Deus constituído por meio de alianças, como se verificará logo a seguir, mas também contendo uma riqueza teológica interdisciplinar e pluridimensional, capaz de construir pontes como se verificou no estudo consensual entre Católicos e Luteranos: “A mensagem da justificação nos remete de forma especial ao centro de testemunho neotestamentário da ação salvífica de Deus em Cristo: ela nos diz como pecadores que devemos nossa vida nova unicamente à misericórdia perdoadora e renovadora de Deus, misericórdia esta com a qual só podemos ser presenteados e que só podemos receber na fé, mas que nunca – de qualquer forma que seja – podemos fazer por merecer”⁸⁶.

A pedagogia relacional e redentora das Alianças

Na tentativa de se compreender as pedagogias divinas que o amor foi e continua a estabelecer na história para o resgate do ser humano, torna-se imprescindível debruçar-se sobre o mistério das Alianças, qual um fio condutor do amor redentor na história da salvação. Ao contextualizar esta, chega-se ao período propedêutico do Oriente Próximo, onde na área mediterrânea pré-clássica as relações humanas eram seladas normalmente por pactos que envolviam iguais ou desiguais, podendo ser de forma unilateral ou recíproca, mas sempre visando uma aliança de paz e fidelidade, isto diz bem

85 MV 2.

86 DCDJ, n.17, (*on-line*), 1999, disponível em <http://www.vatican.va/.../chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html - 38k - 1999-10-31>, acesso em: 11/12/2015.

do objeto de *berit* (aliança). As diversas modalidades de alianças eram práticas correntes nos e entre os povos vizinhos, por isso era proibido a Israel se deixar influenciar pelo modo “pagão” de fazer aliança (cf. Ex 23,32; 34,12-16).

No entanto, foi a teologia deutero-canônica que se aprofundou no conhecimento da aliança como parte de sua fé, uma Aliança diferente daquelas feitas pelos demais. Os teólogos da Aliança (VII a.C.) basearam-se em acontecimentos que remontaram à liderança de Moisés, como a passagem no deserto do Sinai e os ensinamentos da Torá, sendo esta última as Leis oriundas da *berit* de Deus com o seu Povo, ou seja, são expressões de obrigações contratuais com um desigual, que tomou a iniciativa de formar um Povo, tornando a compreensão de *berit* cada vez mais fundamental (cf. Ex 24,1-11; 34,10-26).

No estudo deutero-canônico das raízes e práticas da *berit* de Deus e o Povo de Israel, faz-se necessária uma ampla pesquisa, em que deve se levar em conta o estudo da constituição do povo assumido por Deus (XIII a.C.); a construção do Pentateuco; a clareza quanto ao lugar do Decálogo, assim como o compromisso renovado do rei; e a obediência do povo ao Livro da Aliança, a Torá Templo (2Rs 11,17; 23,3).

A Aliança (*berit*) de Deus com Israel perdurou numa radicalidade tal que dispensava a instituição de um Estado mediador (cf. Jz 8,23), até se admitir o governo de Deus por meio de um escolhido, ungido e servo, sendo Davi o protótipo deste rei.

Desta maneira, o estabelecimento do pacto eterno com o rei Davi (Aliança davídica) garantiu que de sua estirpe surgiria o messias escatológico (2Sm 7; 23,5; Sl 89; Is 55,3; Jr 33,17-21). A partir da mediação davídica se compreenderam também outras Alianças mais antigas, como a *berit* abraâmica, marcada pela territorialidade e descendência (cf. Gn 15,18; 17,1.9-10.15-16). Assim os teólogos

deuteronomistas compreenderam a promessa de Deus a Abraão e a Aliança do Sinai numa dinâmica de continuidade que desembocaria na missão dos profetas do exílio, frente a um povo infiel à Aliança, mas que Deus consolava-lhes e inspirava-lhes a promessa de uma Nova Aliança feita no espírito e impressa num coração de carne presente nos livros proféticos (cf. Jr 30,13; 31,27-34; Ez 11,17-20).

Coube à escola sacerdotal, com seus documentos, aprofundar a fidelidade divina frente à condição pecadora de Israel, encontrando fundamento na *berit* feita a Abraão (cf. Gn 17), sem perder de vista a sua ligação com a Aliança do Sinai, assim como a Aliança com Noé, como uma primeira Aliança feita de forma cósmica, envolvendo a humanidade e demais seres da criação (cf. Gn 9,8-17). No entanto para o cânon hebraico, parece que a função central da *berit* foi sendo ofuscada pela importância da Torá, como Livro da Aliança, por ser fundamental também para o relacionamento e resposta do Povo com o Deus da Aliança⁸⁷.

O Novo Testamento reutiliza, na linha da continuidade, a palavra hebraica *berit*, traduzida para o grego como *diathekê*, quando elabora uma teologia da Aliança, identificada como dupla e complementar, baseando-se na promessa da “nova aliança” (cf. Jr 31,31), ainda que o profeta Jeremias não faça uma referência direta ao messias vindouro. No entanto são diversos os autores neotestamentários que partem da centralidade em Jesus como o Mediador de salvação, para demonstrar que por meio d’Ele será possível o cumprimento das promessas de um coração de carne, puro, liberto e capaz do conhecimento de Deus (cf. Ez 36, 22-32; Jr 24,5-7).

O teólogo e Apóstolo São Paulo torna-se exemplar também nesta matéria, pois conseguiu demonstrar, como Palavra de Deus, que a Boa Nova de Jesus Cristo, no Espírito, cumpre

87 Norbert LOHFINK, Aliança, In *Dicionário Crítico de Teologia*, p. 86-90.

e ao mesmo tempo supera a Aliança sináutica, sem desprezar o povo judeu: “Todo o mundo sabe que sois uma carta de Cristo, redigida por nosso intermédio, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, os corações” (2Cor 3,3). No mesmo sentido a Carta aos Hebreus aborda o tema da Aliança, fazendo relação, mas também demonstrando a diferença entre a Antiga e Nova Aliança, quando a Nova Aliança aperfeiçoa e supera a Antiga, considerada agora, envelhecida (cf. Hb 8,12-13).

Outra tradição teológica quanto a *berit* neotestamentária faz forte alusão às palavras sacrifício e sangue. Uma tradição diferente daquela linha moral e obediencial do contexto da “nova aliança” comunicada por meio de Jeremias, mas nem por isso menos importante ou inconciliável. Consequentemente, a Nova e Eterna Aliança para os cristãos deu-se pela obediência do Filho que no Calvário a sela com o seu próprio sangue.

Esta teologia da Cruz, morte e Aliança, desenvolvida na Carta aos Hebreus tem seu respaldo e conexão nos Evangelhos, quando Jesus revela a dimensão soteriológica de sua missão, lembrando assim também ser o Servo sofredor de Isaías (cf. Hb 9; Mt 20,28; Mc 10,45; Is 53). Nesta segunda dimensão, a ênfase não está na Nova Aliança, mas sim no sofrimento e no sangue derramado para se constituir e concluir uma Aliança diferente, semelhante aos sacrifícios antigos do Povo de Deus, como ocorreu no Sinai, quando teve até a aspersão de sangue de animais (cf. Ex 24,8).

Deste modo, o sacrifício Eucarístico determinante para a constituição do Novo Povo revela-se também como antecipação e atualização da Nova e Eterna Aliança de Deus com os seus eleitos e para a vida do Mundo. Desta forma o mistério da Eucaristia, sacramento do amor, concentra estas duas tradições neotestamentárias, relendo a(s) *berit*(s) numa perspectiva cristã e propagadora da salvação universal

(cf. Lc 22,20; Jo 6,51; 1Cor 11,23)⁸⁸. Por fim, todos são chamados à pertença à Aliança Eterna, a qual se revela como misericordiosa, centrada no Cristo Pascal, elemento constitutivo dos tempos escatológicos e messiânicos.

Amor encarnado

O Novo Testamento traz um diferencial qualitativo no que diz respeito ao amor, como Bento XVI muito bem expressou: “Com a centralidade do amor, a fé cristã acolheu o núcleo da fé de Israel e, ao mesmo tempo, deu a esse núcleo uma nova profundidade e amplitude [...]. Dado que Deus foi o primeiro a amar-nos (cf. 1Jo 4,10), agora o amor já não é só um ‘mandamento’, mas é a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro”⁸⁹.

“E a Palavra se fez carne e veio morar entre nós. Nós vimos a sua glória, glória que recebe do seu Pai como filho único, cheio de graça e de verdade” (Jo 1,14). Ele é o centro, Ele é o amor encarnado⁹⁰, manifestado plenamente na história e acessível. Amor que se antecipa aos amados e releva que o Deus que ama, sabendo do pecado da criatura, sempre responde com a misericórdia infinita, que revela não apenas caminhos, mas se autorrevela: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6).

O Senhor, por amor, desceu aos homens assumindo uma condição humana, “Ele, existindo em forma divina, não se apegou ao ser igual a Deus, mas despojou-se, assumindo a forma de escravo e tornado-se semelhante ao ser humano. E encontrando-se em aspecto humano” (Fl 2,6-7). Esta *kénosis* do Verbo (esvaziamento, despojamento, aniquilamento⁹¹), colocou o mistério da encarnação

88 Cf. Simon LÉGASSE, A Eucaristia. Nova Aliança. In *Cadernos Bíblicos*, 2000, p. 35.

89 DCE 1.

90 *Idem* 12.

91 Aquilino de PEDRO, *Kénosis*, In *Dicionário de termos religiosos e afins*, 1993, p. 166-167.

como fundamento daquela comunicação do Deus que criou por amor, estabeleceu limites às criaturas, no entanto foi desobedecido.

Contudo, a partir da encarnação, Deus revela-se uma resposta de Amor Misericordioso e condescendente próprios desses “dias que são os últimos” (Hb 1,1-2), em que o ser humano não precisará deixar o seu lugar central perante as demais criaturas, muito pelo contrário: “Esta condescendência de Deus realiza-se, de modo insuperável, na encarnação do Verbo. A Palavra eterna que se exprime na criação e comunica na história da salvação, tornou-se em Cristo um homem, ‘nascido de mulher’ (Gl 4,4). Aqui a Palavra não se exprime primariamente num discurso, em conceitos ou regras; mas vemo-nos colocados diante da própria pessoa de Jesus”⁹².

Uma centralidade no amor encarnado capaz de gerar comunhão entre o Fundamento, “pois nele vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28), e aquele lugar de excelência que a criatura humana recebeu de Deus, como coroa e senhora na criação. Assim o mistério da encarnação revela o amor divino comunal, que assumiu em tudo a condição humana, sem contudo pecar (cf. Jo 8,46; Hb 4,15; 2Cor 5,21).

Por isso o mistério da encarnação apresenta-se como fundamental para a redenção humana e que precisa ser compreendido conforme a São Doutrina Católica, serva e anunciadora deste mistério, ora atingida por várias heresias, as quais não impediram de ele ser aprofundado, antes concorreram para respostas cada vez mais fundamentadas na Palavra de Deus, ensinada pelo Espírito da Verdade: “O acontecimento único e totalmente singular da Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus em parte homem, nem que ele seja o resultado da mescla confusa entre o divino e o humano. Ele se fez verdadeiramente homem permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem”⁹³.

92 VD 11.

93 CAT n. 464.

Não obstante o homem contemporâneo continue ameaçado pela falta de fé, a ponto de contrapor a sua liberdade aos desígnios do Criador e Redentor⁹⁴, da parte da Igreja, a dimensão encarnacionista continua a iluminar e orientar o seu modo de estar no mundo atual: “Por que embora o próprio Deus seja Criador e Salvador, Senhor da história humana e da história da salvação, todavia, segundo a ordenação divina, a justa autonomia das criaturas, sobretudo do homem, não só não é eliminada, mas antes é restituída à sua dignidade e nela confirmada”⁹⁵.

Quanto à visão antropológica do tempo de Jesus, sabe-se que pela referência da Torá (Pentateuco), a teologia da *imago Dei* estava presente, revelando o valor infinito do ser humano, assim como a influência do helenismo dos séculos anteriores não deixou de enfatizar a importância do homem, ainda que de maneira exarcebada e como tática de domínio (antropocentrismo cultural)⁹⁶. Deste modo a Palavra escolheu assinalado por extremos e pluralismo judaico e cultural, que não foram capazes de represar o amor transbordante em amor redenção: “Deste modo, a verdade expressa na revelação de Cristo deixou de estar circunscrita a um restrito âmbito territorial e cultural, abrindo-se a todo o homem e mulher que a queira acolher como palavra definitivamente válida para dar sentido à existência. Agora, todos têm acesso ao Pai, em Cristo”⁹⁷.

Palavra acessível, pois a todos assumiu no mistério de sua encarnação e na pedagogia realista, como deu a entender Bento XVI, ao tratar sobre o mistério do amor encarnado: “A verdadeira novidade do Novo Testamento não reside em novas ideias, mas na própria figura de Cristo, que dá carne e sangue aos conceitos – um incrível realismo”⁹⁸.

94 Cf. GS 20.

95 GS 41.

96 Cf. João Duarte LOURENÇO, *op. cit.*, p. 35.42.

97 FR 12.

98 DCE 12.

Então, por este amor, ocorreu a vinda de um Messias esperado, segundo aquelas expectativas todas anteriormente citadas, mas por outro lado, jamais pensado como tamanho dom, o qual superabundou em amorosa sabedoria, como ajudou a compreender São João Paulo II, com todo o esmero para demonstrar a relação entre fé e razão: “A encarnação do Filho de Deus permite ver realizada uma síntese definitiva que a mente humana, por si mesma, nem sequer poderia imaginar: o Eterno entra no tempo, o Tudo esconde-Se no fragmento, Deus assume o rosto do homem”⁹⁹.

O Cristo manifestado no amor e na verdade encarnada

Ao traduzir para o grego (*christos*) o termo *mashiah* pode ser acreditado e compreendido no mistério e ministério de Jesus de Nazaré como o Messias, Rei, Pastor, Príncipe da Paz, Sacerdote e Deus esperado para Era messiânica, a ponto do título tornar-se um nome próprio – Jesus Cristo – presente do primeiro ao último Livro da Bíblia¹⁰⁰.

Remontando a época de Jesus histórico, vale a pena recordar que a expectativa de Israel era plural, tanto quanto o judaísmo e cultura da época, pois existiam os saduceus, fariseus e essênios¹⁰¹. Um quarto e último grupo, os sicários (do latim *sicar* que significa punhal), também conhecidos por zelotas, ou seja, zelosos pela Lei, por isso em parte se identificavam com os pensamentos dos fariseus, mas fundados por Judas Galileu chegaram a perder a esperança em um Messias histórico e promoviam uma política de violência contra

99 FR 12.

100 A certeza de se estar na Era do Messias, no tempo escatológico, no tempo que já acolheu o Messias, implícita ou explicitamente encontra-se praticamente em toda as Sagradas Escrituras neotestamentárias, do primeiro ao último Livro Sagrado (cf. Ts 1, 1; Mt 2,4; 22,42; Mc 12, 35, 15,32; Lc 2,11; 24,46; Jo 1,20; 6,69; At 2,30; 17,3; Rm 5,8; 10,4; 1 Cor 1, 2; 8,12; 2 Cor 1,3; 3,14; Gl 3,27; Ef 4,15; Tg 1,1; 2, Jo 1,3; 1 Pd 1,2; Ap 1, 1; 11,15; 20,4).

101 Cf. Pierre GRELOT, *A Esperança judaica no tempo de Jesus*, 1996, p.118-120.

os governantes. Devido ao movimento zelota que se desencadeou a sangrenta guerra judaica nos anos de 66-70 e a dizimação do grupo em Massada no ano 73 (cf. At 21,38)¹⁰².

Por causa desses e de outras esperanças de um Messias tão identificado com a mentalidade daqueles grupos torna-se compreensível da parte de Jesus não apresentar títulos como profeta, mestre (doutor), filho de Davi, Messias e outros. O Cristo histórico e pascal teve que lidar com esta esperança da libertação de Israel presentes igualmente na esperança dos seus discípulos (cf. Lc 24,19-21; At 1,6)¹⁰³. Daí a cautela e sabedoria divina de Jesus Cristo, que estabeleceu temporariamente um silêncio quanto à sua identidade messiânica (cf. Lc 4,40; Mt 16,16.20).

Além disso, o Verbo que se havia feito carne sabia que sua identidade poderia ser interpretada como estratégia de autoafirmação, própria daqueles grupos que defendiam formas de messianismos e hermenêuticas diferentes daquela da Torá, compostos também de movimentos apocalípticos, batistas, samaritanos e místicos. Destarte, Jesus, o Messias verdadeiro, estava historicamente em um contexto religioso e social complexo e dramático para a humanidade, inclusive para o judaísmo¹⁰⁴. Contudo o Cristo não deixou de formar pacientemente os Doze e os demais, pois chegaria o tempo em que nada que “há de oculto que não venha a ser revelado, e não há nada de escondido que não venha a ser conhecido” (Lc 12,2).

Os seguidores formados por Cristo daquele tempo, como os da atualidade, enquanto discípulos missionários pela força do Batismo, como bem recordou o Papa Francisco¹⁰⁵, precisariam todos se deixar formar na fé e compreensão crescente do tipo de Messias

102 ASSOCIAÇÃO LAICAL DE CULTURA BÍBLICA, *Vade-Mécum. Para o leitor da Bíblia*, 2002, p. 85-86.

103 Cf. GRELOT, Pierre, *op.cit.*, p.121-123.

104 Cf. João Duarte LOURENÇO, *O mundo judaico em que Jesus viveu*, 2005, p. 41.

105 Cf. EG 120.

que Jesus veio se autorrevelar: Verbo encarnado (Novo Adão), Servo Sofredor, Filho do Homem, Filho de Deus, revelação plena do Amor Misericordioso, o Crucificado Ressuscitado, Revelador da Trindade, Fundador, Centro e Cabeça de um Novo Povo (Igreja) e a Esperança em Pessoa (*Eschaton*). Isto para judeus, gregos e para todos de todos os tempos e povos! A esperança escatológica n'Ele se cumpre, todavia transcendendo as mentalidades dos partidos judaicos.

Na Obra “Jesus de Nazaré”, Bento XVI demonstra o nó da questão messiânica, que diferenciava Jesus messias dos demais, mas ao mesmo tempo em seu mistério feito do paradoxo da continuidade e ruptura (superação) naquele percurso de esperança messiânica. Ao tratar da “Torá do Messias” e Seu diferencial, o teólogo Ratzinger “recorre” didaticamente à ajuda de Jacob Neusner, um sincero judeu, rabi, catedrático e amigo de cristãos, que foi capaz de reconhecer, sem com isso escolher confessar que admitir Jesus em suas palavras seria aceitá-lo como o novo centro, pois se expressa claramente estar acima e no lugar do Templo e acima da Torá¹⁰⁶.

Filho do homem no Amor Trinitário

Na esteira do mistério da encarnação, toda a Igreja vai se encontrando em seu ser e ação, como pretendeu demonstrar São João Paulo II, desde a sua primeira encíclica, concentrada no mistério do Cristo Redentor: “No âmbito de toda a humanidade – este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a primeira e fundamental via da Igreja, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz por meio do mistério da Encarnação e da Redenção”¹⁰⁷.

106 Joseph RÄTZINGER, *Jesus de Nazaré. Do Batismo no Jordão à Transfiguração vol. 1*, 2007, p. 99.103.

107 RH 14.

Quando o Filho de Deus se fez Filho do Homem, concentrou n'Ele a humanidade necessária para uma centralidade a ela semelhante, mas ao mesmo tempo que não se igualasse em tudo. Esta proximidade e superioridade redentora, capaz de autorrevelar-se como centro salvífico no amor, caracterizando-o único Filho do Homem, capaz de demonstrar em seu mistério e ministério messiânico, que “nele, a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo, também em nós foi ela elevada à sublime dignidade. Porque, pela encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo exceto no pecado”¹⁰⁸.

Por isso este homem perfeito deu carne e sentido pessoal e mais amplo àquela figura enigmática citada pelo profeta Daniel: “Em imagens noturnas tive esta visão: Entre as nuvens do céu vinha alguém semelhante a um filho do homem. Chegou até perto do ancião, foi levado à sua presença. Foi-lhe dada a soberania, a glória e a realeza. Todos os povos, nações e línguas hão de servir-lhe” (Dn 7,13-14). Nesta profecia nota-se que não constituía um título, mas sim um reino humano e futuro de salvação e plenitude, enquanto em Cristo, tornou-se um verdadeiro título, sabiamente o utilizava na terceira pessoa, seja para ocultar, seja para revelar o Seu mistério.

Por isso, agregou a esta expressão – filho do homem – que em aramaico ou hebraico não comunicava linguisticamente nada mais do que homem/humanidade; no entanto ao ligar-se ao seu ser e agir, servia de instrumento para revelar do seu senhorio perante o sábio e revelou-se como paradigma do homem verdadeiramente livre (cf. Mt 12,8); detentor da misericórdia que perdoa os pecados

108 GS 22.

na terra; servo de todos (cf. Mc 10,45); servo sofredor, em que dor e glória se unem (cf. Lc 17,24); inegável diante dos homens e Aquele que se identifica com os sofredores e o Justo juiz, em sua dimensão escatológica (cf. Lc 12,8-9; Mc 13,24-27; Mt 25,31-46)¹⁰⁹.

Portanto, em Cristo esta imagem do Antigo Testamento ganhou na boca de Jesus um significado plural, como se percebe anteriormente, capaz de apontar para medida suprema de humanidade e vida eclesial, como demonstrou Bento XVI ao discorrer sobre o Filho do Homem e o contributo paulino: “Ele vem de Deus e cria assim o verdadeiro modo de ser homem. Ele é assim, como São Paulo diz, em contraste com o primeiro homem, que era terra, e é, o segundo, o derradeiro (último) homem, que é ‘celeste’, ‘Espírito que dá a vida’ (1Cor 15,45-49); Ele vem, e é ao mesmo tempo o novo “reino”. Ele não é apenas um, mas faz de todos nós ‘um único’ (Gl 3,28), uma única humanidade”¹¹⁰.

No Antigo Testamento a utilização da expressão filho ou filha tem uma certa pluralidade, pois traduz familiaridade de sangue (cf. Gn 29,5; 31,28); pertença ao povo de Israel (cf. Gn 32,33; Ex 1,7); condição angélica de proximidade com Deus (cf. Sb 5,5; Jó 1,6); até mesmo para traduzir a familiaridade de Deus com o seu povo e principalmente de Davi, donde surgiria o messias futuro (cf. Ex 4,22; Os 11,1; 2Sm 7,14; Sl 89,27). Mas em nenhum dos casos se refere a uma condição divina¹¹¹.

Um movimento diferente percebe-se na Palavra de Deus expressa no Novo Testamento, em que a fé e o conhecimento chegaram pelo Filho do Homem à plenitude da compreensão da centralidade no Filho: “Conscientes do significado fundamental da Palavra de Deus referida ao Verbo eterno de Deus feito carne, único salvador e

109 Cf. Joseph RATZINGER, *op.cit.*, p. 273-282.

110 *Idem*, p. 283.

111 Cf. Èlian CUVILLIER, *Filiação*, in *Dicionário Crítico de Teologia*, p. 737.

mediador entre Deus e o homem, e escutando esta Palavra, somos levados pela revelação bíblica a reconhecer que ela é o fundamento de toda a realidade [...]. A criação nasce do *Logos* e traz indelével o sinal da *Razão criadora que regula e guia*¹¹². Dessa forma, que se entende o contributo dos Santos Padres, que à luz do Novo Testamento fizeram uma fecunda releitura do Antigo Testamento, em chave cristocêntrica e trinitária, pois assim compreenderam o mistério salvífico de Cristo Jesus, testemunhado nos Evangelhos¹¹³.

Isto se verifica no Novo Testamento, ao se contemplar Jesus se autorrevelando como Aquele que age por, com e em Deus, sem deixar de ser o Bom Pastor e verdadeiro homem, ciente da pluralidade deste termo na história de Israel: “Meu Pai, que me deu estas ovelhas, é maior do que todos, e ninguém pode arrancá-las da mão do Pai (...) Ora, ninguém pode anular a Escritura. Se a Lei chama deuses as pessoas às quais se dirigiu a palavra de Deus, porque então acusais de blasfêmia àquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo, só porque disse: ‘Eu sou Filho de Deus?’” (Jo 10, 29.35-36).

Jesus Cristo, o Filho eterno, bem sabia que era preciso fazer um caminho correto, paciente e sábio dentro da história da humanidade, a fim de que tanto as primeiras testemunhas e ao longo da Tradição Viva, as gerações vindouras, por obra do Espírito Santo, pudessem crer, conhecer e centrar-se no Filho divino-humano, tendo em vista os filhos redimidos, como recordou o Magistério Conciliar: “Querendo Deus, na Sua infinita benignidade e sabedoria, levar a cabo a redenção do mundo, ‘ao chegar a plenitude dos tempos, enviou Seu Filho, nascido de mulher [...] a filiação adotiva’ (Gl 4,4-5)”¹¹⁴.

Esta característica de Jesus não foi compreendida como abstrata no Novo Testamento, mas concreta e histórica, como uma realidade

112 VD 8.

113 Cf. SÃO BASÍLIO DE CESAREIA, *op. cit.*, p. 45-46.

114 LG 42.

presente na vida e na missão do Verbo que se fez acessível no meio das suas primeiras testemunhas qualificadas, no Espírito Santo, para poderem afirmar que “o que contemplamos e o que as nossas mãos apalparam da Palavra da Vida – vida esta que se manifestou, que nós vimos e testemunhamos, vida eterna que a vós anunciamos, que estava junto do Pai e que se tornou visível para nós [...]. E a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo” (1Jo 1,1-3).

Dentro de uma cristologia funcional, todos os evangelistas falam de Jesus Cristo como Filho de Deus, assim como Paulo que chega a afirmar que Jesus, conhecido como Filho de Deus, corresponde à tradição profética e na continuidade da Antiga Aliança: “Evangelho que Deus prometeu por meio de seus profetas, nas Sagradas Escrituras, a respeito de seu Filho. Este, segundo a carne, era descendente de Davi, mas, segundo o Espírito de santidade foi declarado Filho de Deus com poder, desde a ressurreição dos mortos: Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rm 1,2-4).

Portanto, torna-se possível identificar no mais antigo Evangelho dentre os sinóticos a presença de uma teologia da filiação divina desde o seu princípio, apontando para que pretende testemunhar: “Início do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus” (Mc 1,1). Enquanto Lucas testemunha a concepção do Filho do Deus por obra do Espírito Santo, no seio da jovem Maria: “Ele será grande; será chamado Filho do Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai.” (Lc 1,32). Da parte do evangelista Mateus, com o Evangelho mais completo e endereçado primeiramente aos cristãos oriundos do judaísmo, procurou fundamentar, com passagens do Antigo Testamento, esta dimensão divina do Cristo, desde o seu misterioso nascimento: “Tudo isto aconteceu para se cumprir o que o Senhor tinha dito pelo profeta: Eis que a virgem ficará grávida e dará à luz um filho. Ele será chamado pelo nome de Emanuel, que significa: Deus conosco” (Mt 1,22-23).

Quanto ao evangelista João encontra-se teologicamente mais elaborada a temática da filiação divina, destacando a unidade ontológica: “Meu Pai trabalha sempre, e eu também trabalho [...] o Filho não pode fazer nada por si mesmo; ele faz apenas o que vê o Pai fazer. O que o Pai faz, o Filho o faz igualmente [...] Eu e o Pai somos um” (Jo 5,17-18; 10,30). Uma teologia que está sempre em função do interesse soteriológico, no qual Jesus participa da vida divina do “Eu sou” e a transmite para que nela se participe abundantemente (cf. Jo 8,28; 10,10).

Amor acreditado e pensado

Um relacionamento filial que reconhece a propriedade paterna como geradora, fazendo da Vontade do Pai seu norte missionário e alimento: “O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e levar a termo a sua obra” (Jo 4,34). Mais tarde o grande patriarca de Constantinopla e intérprete da teologia paulina – São João Crisóstomo (IV-V d.C.) – qual “boca de ouro” ajudou, não somente a Igreja do oriente, mas toda Tradição¹¹⁵. Na sua compreensão quanto ao núcleo do Evangelho esclarecia em uma homilia sobre *a Ressurreição dos mortos*: “O principal conteúdo do Evangelho começa por aí: Deus se fez homem, foi crucificado e ressuscitou. Também Gabriel o anunciou à Virgem, os profetas pregaram à terra inteira, e igualmente todos os apóstolos”¹¹⁶.

No primeiro século do Cristianismo, não bastavam as reflexões das escolas teológicas e a sabedoria do Alto expressas pelos Santos Padres do Oriente e Ocidente para combater tantas heresias, que não deixaram de pairar naquele tempo e eclodiram principalmente do segundo século em diante. Para tal enfrentamento, o Espírito Santo, que ensina toda a verdade (cf. Jo 16, 13-15), procura conduzir

115 Cf. Aquilino de PEDRO, João Crisóstomo, *op. cit.*, p. 159.

116 SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *Comentários às Cartas de São Paulo*/2, 2010, p. 538.

os povos, a partir do Povo de Deus, a acreditar e professar o “lugar teológico” do Filho, que fez Filho do Homem no plano da Criação e Redenção por amor.

Assim o Cristo do querigma era apresentado como o mesmo Cristo do dogma, formulado e desenvolvido a fim de responder às heresias e centralizar o povo para a Verdade. Neste cenário havia de profissões de Fé (São Paulo no século I até a *Traditio Apostólica* de Hipólito do início do século III) à Fé professadas nos primeiros Concílios: Niceia em 325 (Nic. I); Constantinopla em 381 (Constantinopla I); Éfeso em 431 (Ephes.) e Calcedônia em 451 (Chalc.). De heresia predominante no segundo século foram: docetistas: negando a verdadeira humanidade de Cristo; ebionistas: diminuindo a condição divina de Cristo; adocionismo: Jesus de Nazaré foi apenas um homem adotado como Filho; gnosticismo: por intermédio de um conhecimento superior chega-se à origem divina, nisto consiste a salvação. Já no terceiro século apareceram: modalismo: Jesus foi apenas um modo da manifestação da divindade; monarquianismo: Deus é uno, mas se manifesta de vários modos; adocianismo: Cristo é Deus, mas após o Pai tê-lo plenificado no Espírito Santo. No quarto século encontra-se o arianismo: o Filho foi criado pelo Pai antes da fundação do mundo, sendo assim a criatura primeira que devia se encarnar e redimir a humanidade; apolinarismo: o Verbo teria assumido o lugar da alma humana, ou seja, não assumiu a natureza completa.

Quanto ao quinto século da Era cristã, ainda surgiu o nestorianismo: defendendo a autonomia de dois polos – Verbo e homem – ele sugeriu duas pessoas numa unidade moral e não duas naturezas, na consubstancialidade. Por isso, para Nestório, o Verbo habita Jesus, qual um templo, e por isso Maria não pode ser mãe de Deus, no máximo mãe de Cristo; monofisismo: contra Nestório, defendia o reducionismo de Cristo a uma só natureza, a saber, a divina.

Os Concílios utilizam uma linguagem influenciada pelo seu contexto helênico e teológico, em que as circunstâncias pedem termos filosóficos mais abstratos, ou seja, os Credos acabaram por migrar cada vez mais para um plano comunicativo horizontalista, próprio do acento histórico salvífico (bíblico), para uma comunicação mais conceitual, ontológica, metafísica, de cunho verticalista¹¹⁷. No entanto, com este desenvolvimento começou, providencialmente, a sistematização teológica, na qual se desenvolveu a relação entre história da salvação, Cristologia, Trindade e Eclesiologia.

A partir dos Concílios já referidos, demonstrou-se que: o Verbo é verdadeiramente Filho de Deus, da mesma substância do Pai (*homoúsios*), e portanto verdadeiro Deus (Nic. I); o Espírito Santo é verdadeiro Deus, como o Filho e o Pai (Constpl.I); Cristo, Deus-Homem, é uma só Pessoa: a união hipostática é substancial, não acidental; física, não moral. Maria é Mãe de Deus: *theotókos* (Ephes.); as duas naturezas em Cristo estão unidas na única Pessoa do Verbo, não confundidas, nem mudadas, nem alteradas de nenhum modo (Chalc.)¹¹⁸.

Portanto, muito mais do que uma realidade funcional, a filiação divina de Jesus Cristo, no decorrer dos primeiros cinco séculos em confronto com as heresias e desenvolvimento da Tradição viva testemunhada pelos Santos Padres e refletida nos Concílios, possibilitou compreender que a comunhão na centralidade do amor diz respeito a um Amor Trinitário.

Na controvérsia da Igreja cristã frente ao adocionismo, monarquianismo e arianismo envolveu os mistérios da vida de Cristo, inclusive o seu batismo no Jordão em direções contraditórias àquelas que revelam as Escrituras neotestamentárias. Surgiu mais e mais a necessidade da ontologização sobre Jesus Cristo, que

117 Cf. Bruno FORTE, *Jesus de Nazaré. História de Deus. Deus da História*, 1985, p.136-150.

118 FCat, p. 1247.

buscasse salvaguardar a sua divindade, na qual o ungido no Jordão precisava ser compreendido como o Amado em plena comunhão divina e infinitamente superior ao seu precursor (cf. Mt 3, 13-17; Mc 1,9-11; Lc 3,21-22; Jo 1,26). Outra temática que suscitou e continua a promover o desafio de compreender a Pessoa do Espírito Santo, em relação ao Pai e o Filho, foi a controvérsia em torno do *Filioque*¹¹⁹. Uma discussão que ainda prossegue e que testemunha a falta de comunhão e de capacidade instrumentalizada sobre temas teológicos, até para um cisma, que nada tem a ver com a Pessoa e ação do Espírito Santo. Todavia este drama continua suscitando, para além da perplexidade, muitos investimentos ecumênicos de ambos os lados, teses de comunhão¹²⁰.

Assim como tem possibilitado uma hermenêutica centrada na Palavra de Deus, a qual gera comunhão e tudo pode restaurar, como testemunhou São João Paulo II, ao escrever sobre a processão do Espírito Santo: “O Pai ‘envia’ o Espírito em nome do Filho e o Espírito ‘dá testemunho’ do Filho. O Filho pede ao Pai que envie o Espírito Consolador; além disso, afirma e promete, em relação com a sua ‘partida’ mediante a cruz: ‘Quando Eu for, ‘enviá-vo-lo-ei’. Portanto, com o poder da sua paternidade, o Pai envia o Espírito Santo, como enviou o Filho; envia-O, com o poder da redenção realizada por Cristo – e neste sentido o Espírito Santo é enviado também pelo Filho: ‘enviá-vo-lo-ei’”¹²¹.

Redimidos no amor crucificado

De fato a experiência com o amor que gera comunhão com Deus, entre os homens, consigo mesmo e com as demais criaturas

119 Cf. Jürgen WERBICK, M. Doutrina da Trindade, in Theodor SCHNEIDER (Org.), *Manual de Dogmática vol.II*, 2000, p. 459.

120 Cf. Bruno FORTE, *A Trindade como história*, 1987, p. 129.

121 DeV 8.

está estreitamente vinculada à dimensão soteriológica da Revelação, pois “Deus amou tanto o mundo, que deu o seu Filho único, para que todo o que nele crer não se pereça, mas tenha a vida eterna. Pois Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3,16).

Concretamente, quando o Filho de Deus aceitou a condição de ser e revelar o amor encarnado, em sua liberdade divina, pois dele se profetizou: “Então eu disse: Eis que eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade, como no livro está escrito a meu respeito” (Hb 10,7), bem sabia em sua dimensão relacional como verdadeiro homem e verdadeiro Deus, que também a sua vida e missão comportaria um difícil aprendizado humano¹²². Esperava-lhe aquela escola do sofrimento humano, ligado ao agir e à esperança¹²³, ou seja, qual servo sofredor que transcenderia a coletividade de Israel (cf. Is 53).

Ele assim quis fazer uma experiência verdadeiramente humana, sem deixar de ser Deus e excetuando o pecado que sempre desumaniza, pois não se rende à Vontade de Deus como centro: “Mesmo sendo Filho aprendeu o que significa a obediência, por aquilo que ele sofreu. Mas, quando levou a termo sua vida, tornou-se causa de salvação eterna para todos os que lhe obedecessem. De fato, ele foi por Deus proclamado sumo sacerdote *segundo a ordem de Melquisedec*” (Hb 5,8-9).

Uma vontade humana que esteve sempre em comunhão com a Vontade divina, a qual nele habita, por união hipostática, contudo sem jamais suplantar o desafio de abraçar com amor o mistério da Cruz, no tocante ao seu auge, como deu a entender: “Pai, se quiseres, afasta de mim este cálice; contudo, não seja feita a minha vontade, mas a tua!” (Lc 22,42). Uma sabedoria da Cruz, que levou o Cordeiro sem mancha pessoal a se imolar por amor e assim misteriosamente absorver

122 Cf. Walter KASPER, *Jesús, el Cristo*, 2006, p. 393-401.

123 Cf. SS 36.

para transformar todos os atingidos pelo mistério do sofrimento¹²⁴. Assim como para perdoar os pecadores, como causa direta ou indireta dos sofrimentos humanos: “Aquele que não cometeu pecado, Deus o fez pecado por nós, para que nele nos tornemos justiça de Deus” (2Cor 5,21).

Dessa forma, no Reino de Deus, a Cruz gloriosa torna-se expressão suprema de Amor Misericordioso, uma vez que no “horizonte da misericórdia, viveu Ele a sua paixão e morte, ciente do grande mistério de amor que se realizaria na cruz”¹²⁵. E quando isto aconteceu, o madeiro tornou-se aquele bendito trono da misericórdia, capaz de transformar o instrumento de martírio em “paixão e vitória de Deus: paixão, pela morte voluntária nesta mesma paixão; e vitória porque o diabo é ferido e com ele a morte é vencida. Assim, arrebatadas as prisões dos infernos, a cruz também se tornou a comum salvação de todo o mundo”, ensinava Santo André de Creta do séc. VIII¹²⁶.

Daí que a doutrina da justificação precisa estar também centrada na misericórdia, sem a qual ninguém pode receber as graças salvíficas em Cristo, como declararam conjuntamente Católicos e Luteranos, segundo os progressos teológicos e ecumênicos: “Confessamos juntos que as pessoas crentes podem confiar na misericórdia e nas promissões de Deus. Também em face de sua própria fraqueza e de muitas ameaças para sua fé, podem basear-se – graças à morte e ressurreição de Cristo – na promessa eficaz da graça de Deus em palavra e sacramento e, assim, ter certeza desta graça”¹²⁷.

Assim sendo, a evangelização precisa estar imbuída desta misericórdia, que compõe e manifesta a centralidade em Cristo, a qual a

124 Cf. SD 23.

125 MV 7.

126 LITURGIA das Horas, *Ofício das Leituras*, p. 1269-1270.

127 DCDJ , n. 34, (*on-line*), 1999, disponível em <www.vatican.va/.../chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html - 38k - 1999-10-31>, acesso em: 06/10/2015.

Ele tudo orienta, principalmente quando diz respeito à propagação do Evangelho comprometido com a libertação total de todos, inclusive daquelas multidões que vivem em condições desumanas de pobreza¹²⁸.

Por isso uma evangelização que revela o Coração misericordioso do Senhor e endereçado, a partir dos corações, àqueles que conscientes ou não, merecem, em Jesus, esperam e necessitam daquela vida em abundância, revelada em e por Cristo (cf. Jo 10,10) e que é disponível a todos os vocacionados.

E quem são estes privilegiados, eleitos desde sempre? O Papa Francisco, desde o princípio do seu magistério petrino tem, de diferentes formas, apresentado esta resposta, a qual não chegará aos amados sem o auxílio do Espírito Santo e esforço dos discípulos missionários de todos os tempos: “O Evangelho *dá resposta às necessidades mais profundas* das pessoas, porque todos fomos criados para aquilo que o Evangelho nos propõe: a amizade com Jesus e o amor fraterno. Quando se consegue exprimir, de forma adequada e bela, o conteúdo essencial do Evangelho, se tem a certeza que essa mensagem fala aos anseios mais profundos do coração”¹²⁹.

Desta forma torna-se urgente anunciar, mas antes e sempre, ir a Jesus Cristo, como Sumo Sacerdote da Nova e Eterna Aliança, sempre capaz de amar com a mesma qualidade de amor proveniente da comunhão da Santíssima Trindade, que compreende, em Cristo, todos os dramas humanos, pois também experimentou toda sorte de provação (cf. Hb 4,14-16).

Ainda sobre o mistério do amor revelado e redentor, em Cristo Jesus, pode-se perceber no mistério e ministério do amor encarnado que ele assumiu a humanidade à “letra e cifras” daquele hino de amor generoso apresentado um dia à Comunidade de Corinto e a todos os cristãos, como o dom supremo (cf. 1Cor 13). Sendo assim, percebe-se

128 Cf. EN 30.

129 EG 265.

que o amor revelado por Jesus e em Jesus sabe compreender, mas sem concordar com o pecado, nem se regozijar com a mentira. Um amor justo e que por isso não rebaixa os seres humanos, mesmo não pertencentes ao judaísmo, como no caso dos vendilhões expulsos da parte do Templo, chamada Pátio dos Gentios, espaço que era lugar de oração e não para comércio (cf. Mc 11,15-19; Jo 2,13-22).

Um amor cristão de entrega total, que levava Cristo a doar-se aos doentes e pecadores devolvendo-lhes mais do que a saúde: a percepção do valor de Deus e seu Reino de misericórdia no meio dos homens (cf. Mt 9,12-13). Um amor que jamais se irrita frente às misérias daqueles que gritam à beira da estrada da vida, qual novos Bartimeus (cf. Mc 10,46-52). Amor que não admite os ciúmes, pois não reclama a posse egoísta ou vitória competitiva, como demonstrou Jesus: “Tomando a palavra, João disse: Mestre, vimos alguém expulsar demônios em teu nome, mas nós lhe proibimos, porque não anda conosco. Jesus respondeu: Não o proibais, pois quem não é contra vós, está a vosso favor” (Lc 9,49-50). Amor que toma a iniciativa de se aproximar até dos opositores e se possível adentrar em sua casa para chamar ao amor que a todos pode converter, da pecadora pública ao fariseu preconceituoso e pouco hospitaleiro (cf. Lc 7,36-50).

Amor redentor que prometeu dar-se integralmente como alimento de vida eterna (cf. Jo 6,51) e assim cumpriu quando antecipou sua entrega total no mistério pascal, feito Eucaristia para a salvação de todos: “Tomai, comei, isto é o meu corpo. Em seguida, pegou um cálice, deu graças e passou a eles, dizendo: Bebei dele todos, pois este é o meu sangue da nova aliança, que é derramado em favor de muitos, para remissão dos pecados” (Mt 26,26-28). Eis o Sacramento da Eucaristia e instituição o Sacerdócio da Nova e Eterna Aliança: “(...) fazei-o em minha memória” (1Cor 11,25). No entanto não se pode limitar este profundo mistério da fé à dimensão da Ceia ou de

alimento sacramental, tampouco uma repetição de algo lembrado e preso ao passado, como também deu a entender São João Paulo II:

Não se limitou a afirmar que o que lhes dava a comer e a beber era o seu Corpo e o seu Sangue, mas exprimiu também os eu valor sacrificial, tornando sacramentalmente presente o seu sacrifício, que alguma horas depois realizaria na cruz pela salvação de todos. “A Missa é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o memorial sacrificial em que se perpetua o sacrifício da cruz e o banquete sagrado da comunhão do Corpo e Sangue do Senhor”. A Igreja vive continuamente do sacrifício redentor, e tem acesso a ele não só através duma lembrança de fé, mas também com um contato atual, porque este sacrifício volta a estar presente, perpetuando-se sacramentalmente, em cada comunidade que o oferece pela mão do ministro sagrado¹³⁰.

Assim se atualiza o mistério e vitória do amor Pascal, o qual recordou o Papa Francisco que comunica o mistério da misericórdia, quando Jesus rezou o Salmo 136 naquela noite derradeira:

Antes da Paixão, Jesus rezou ao Pai com este Salmo da misericórdia. Assim o atesta o evangelista Mateus quando afirma que “depois de cantarem os salmos” (26,30), Jesus e os discípulos saíram para o Monte das Oliveiras. Enquanto instituía a Eucaristia, como memorial perpétuo d’Ele e da sua Páscoa, Jesus colocava simbolicamente est ato supremo da Revelação sob a luz da misericórdia. No mesmo horizonte

130 EE 12.

da misericórdia viveu Ele a sua paixão e morte, ciente do grande mistério de amor que se realizaria na cruz¹³¹.

Por isso sem perder a visão do essencial e do todo, em sua constante missão, Jesus Cristo, a alegria era dos sinais deste Reinado do amor, pois não deixava de louvar ao Pai, no Espírito Santo, pela Revelação que se dava e continuava a penetrar os pequeninos (cf. Lc 10,21). Um amor que tudo perdoa, ensina a perdoar sempre e de coração, mas também espera tudo, inclusive aqueles que se fazem filhos pródigos e preferem se arriscar numa vida fora da comunhão salvífica (cf. Mt 18,21-35; Lc 15,11-31).

Desta maneira Jesus Caminho, Verdade e Vida (cf. Jo 14,6) demonstrou ser possível, n'Ele uma vida pautada no “caminho incomparavelmente superior” (1Cor 12,31), onde o Amado é modelo e medida suprema do amor capaz de transformar, por meio da obediência, cada ser humano em discípulo amigo: “Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei. Ninguém tem amor maior do que aquele que dá a vida por seus amigos. Vós sois meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando [...]. O que eu vos mando é que vos ameis uns aos outros” (Jo 15,12-13.17).

Uma obediência amorosa e redentora, a qual garante a intimidade, comunhão e participação com a Fonte do Amor que salva: “Quem acolhe e observa os meus mandamentos, esse me ama. Ora, quem me ama será amado por meu Pai, e eu o amarei e me manifestarei a ele” (Jo 14,21). Mas um amor exigente, feito de renúncias das caricaturas do amor, pois disposto a obedecer e submeter-se amorosamente, como prova de que é amado e escolhe amar segundo Cristo: “Se alguém me ama, guardará a minha palavra; meu Pai o amará, e nós viremos e faremos nele a nossa morada. Quem não me ama, não

131 MV 7.

guarda as minhas palavras. E a palavra que ouvís não é minha, mas do Pai que me enviou” (Jo 14,23-24).

Por isso, um amor que antepõe sempre os interesses de Deus a seu respeito, principalmente no amor com os próximos; amor que promove o bem na paciência de quem vai aos poucos se conformando, participante da maneira de ser e agir de Cristo.

Logo, este amor redentor consiste na exegese do Cristo e sua maior exigência na terra: “Nisto sabemos o que é o amor: Jesus deu a vida por nós. Portanto, também nós devemos dar a vida pelos irmãos” (1Jo 3,16). Um amor que é distinto e distintivo dos reais discípulos-missionários de todos os tempos: “Nisto conhecerão todos que sois os meus discípulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35).

Portanto, como discípulos missionários do amor da Trindade e batizados (mergulhados) no Espírito Santo, no sentido plural, ou ainda, sacramental e vivencial, pode-se, a partir do tempo conjugar o verbo amar, que jamais findará (cf. 1Cor 13, 8), pois a Eternidade da comunhão divina no amor criador e redentor também possui a dimensão plenificante, ou seja, a tudo encaminha, até a futura plenitude escatológica.



Deus Uno e Trino, em sua misericórdia pode surpreender o ser humano com sua gratuidade capaz de tudo plenificar, sem se impor, pois a todos sabe respeitar, até mesmo quem não preferir eternamente amar.

CAPÍTULO III

COMUNHÃO NO AMOR PLENIFICANTE

Amor vivificante

Para uma melhor compreensão do mistério pascal, coração vivencial, celebrativo e testemunhal do mistério cristão, torna-se importante o debruçar-se, ainda que sinteticamente, sobre a esperança da ressurreição dos mortos em relação ao mistério do Cristo. Para São Paulo, um dos maiores teólogos cristãos, que era da tribo de Benjamim e havia sido fariseu quanto à observância radical da Lei (cf. Fl 3,5), o mistério da vida futura já era admitido, mas agora em Cristo foi plenamente revelado e cumprido, por isso imprescindível para a fé, missão e esperança cristã, como alertou aos primeiros discípulos missionários perante desconfianças: “Se não há ressurreição dos mortos, então Cristo não ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, a nossa pregação é sem fundamento, e sem fundamento também a vossa fé. Se os mortos não ressuscitam, estaríamos testemunhando contra Deus que ele ressuscitou Cristo enquanto, de fato, ela não o teria ressuscitado” (1Cor 15,13-15).

Se não havia consenso entre os crentes do Antigo Testamento quanto à vida futura, como os pertencentes ao grupo dos saduceus, a ponto de criar armadilhas para Jesus nesta temática (cf, Lc 20,17-40),

com certeza ninguém duvidava da realidade do *sheól* (hebraico), *hades* (grego), *infernus* (latim). Estas expressões traduziam na realidade uma Morada dos Mortos, que era acreditada por outros povos antigos e adentrou no Novo Testamento, mas à luz do Crucificado Ressuscitado, o Amado vitorioso no amor. Jesus Cristo, o Verbo encarnado e Filho de Deus, pleno de amor desceu àquela Morada da solidão última da morte e angústia, com a missão de anunciar como o Justo Juiz a Boa Nova da Vida.

Enquanto o Rei da Vida dormia para o tempo, foi cumprir a última fase missionária antes da ressurreição ao “acordar” para a Eternidade no amor aquelas almas justas que historicamente o precederam, contudo sem destruir a possibilidade de um estado infernal definitivo para quem havia feito ou viria a fazer pelo mal uma opção de forma constante, fundamental e última no tempo¹³². O Amado revelou também desta forma a sua identidade divina e seu senhorio que vence o medo e transcende o tempo: “Não tenhas medo. Eu sou o Primeiro e o Último, aquele que vive. Estive morto, mas agora estou vivo para todo o sempre. Eu tenho a chave da Morte e da Morada dos mortos” (Ap 1,17-18).

Por isso, pela centralidade no amor que redime e plenifica, quando não se centraliza em si mesmo, numa solidão infernal, a qual não há sentido de ser em Cristo e nem mais existir para os discípulos missionários daquele que se manifestou ser o centro, vida e amor no tempo, até na morada dos mortos, como refletiu o teólogo Joseph Ratzinger, em sua célebre obra que introduz aos mistérios do Cristianismo¹³³. Triunfo do Reino da vida profetizado no cântico do Servo de Isaías, cumprido fielmente pelo mistério de Cristo não apenas sofredor, mas também ressuscitado (cf. Is 52,13), como o próprio havia preanunciado por diversas vezes e registrado nos Evangelhos

132 Cf. CAT n. 633-635.

133 Cf. Joseph RATZINGER, *Introdução ao Cristianismo*, 2005, p. 218-219.

sinóticos, como desfecho feliz daqueles acontecimentos difíceis, mas necessários ao plano da Salvação (cf. Mt 16,21; Mc 9,30; Lc 18,33).

Por isso o Evangelista São João não poderia omitir a clareza profética do Bom Pastor: “Ninguém me tira a vida, mas eu a dou por própria vontade. Eu tenho poder de dá-la, como tenho poder de recebê-la de novo. Tal é o encargo que recebi do meu Pai” (Jo 10, 18). Não significando que os mais próximos do Cristo já estivessem preparado para que o Reino da Paz triunfasse, na prática, sobre o reino da morte e do medo: “Eis que vem a hora, e já chegou, em que vos dispersareis, cada um para seu lado, e me deixareis sozinho. Mas eu não estou só. O Pai está sempre comigo. Eu vos disse estas coisas para que, em mim, tenhais, a paz. No mundo terei aflições. Mas tende coragem! Eu venci o mundo!” (Jo 16,32-33).

No mistério da ressurreição se expressa a ação da comunhão divina no Amor, pois as três Pessoas se manifestam conjuntamente, como demonstra a teologia paulina, quanto ao Pai ressuscitou a Jesus (cf. 1Cor 15,15), por meio do Espírito da Vida (cf. Rm 8,11), que em tudo foi Companheiro e Inspirador d’Aquele que ativamente ressuscitou, como atesta o primeiro escrito neotestamentário: “Com efeito, se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, cremos igualmente Deus, por meio de Jesus, com ele conduzirá os que adormeceram” (1Ts 4,14).

Por isso e por tantos outros fundamentos bíblicos, patrísticos, magisteriais e teológicos que a Sã Doutrina Católica não hesita em afirmar que a “Ressurreição de Cristo é objeto de fé enquanto intervenção transcendente do próprio Deus na criação e na história. Nela, as três Pessoas Divinas agem ao mesmo tempo, juntas, e manifestam sua originalidade própria [...]. Os Padres da Igreja contemplam a Ressurreição a partir da Pessoa Divina de Cristo que ficou unida à sua alma e a seu corpo separados entre si pela morte”¹³⁴. Igualmente

134 CAT n. 648.650.

pedagógicas e providenciais constituem o conjunto das aparições do Crucificado Ressuscitado¹³⁵. São acontecimentos históricos para a Igreja, a qual peregrina com esperança em chegar naquela Terra Prometida definitiva, quando este exílio terá fim e se contará eternamente com a misericórdia do Senhor (cf. Sl 89,2)¹³⁶.

Por isso um mistério último e profundíssimo que serão sinalizados pelas luzes reveladoras da Parusia do Juízo Final, onde os que fizeram o bem no tempo, ressuscitarão para a vida (cf. Jo 5,29) habitarão eternamente na “morada santa, a nova Jerusalém, descendo do céu, de junto de Deus, vestida como noiva enfeitada para o seu esposo. Então ouvi uma voz forte que saía do trono e dizia: Esta é a morada de Deus-com-os-homens. Ele vai morar junto deles. Eles serão o seu povo, e o próprio Deus-com-eles será seu Deus” (Ap 21, 3). Uma casa comum totalmente centrada e glorificada pela força transformadora do Amor Misericordioso, que na Cruz gloriosa venceu e vencerá. Aonde o céu será “tudo em todos” (1Cor 15,28), bem compreendendo-o não como “um lugar [o espaço], mas uma maneira de ser; não o afastamento de Deus, mas sua majestade”¹³⁷. Então o fim do mundo, será como que um novo e glorioso início para todos os seres, como também transbordou em sabedoria esperança e misericórdia, o Papa Francisco:

No fim, vamos nos encontrar face a face com a beleza infinita de Deus (cf. 1Cor 13,12) e poderemos ler, com jubilosa admiração, o mistério do universo, o qual terá parte conosco na plenitude sem fim. Estamos caminhando para o sábado da eternidade, para a nova Jerusalém, para a casa comum do Céu. Diz-nos Jesus: “Eu renovo todas

135 Cf. João Evangelista Martins TERRA, *Escatologia e ressurreição*, 1979, p. 54.

136 Cf. CAT n. 643.

137 CAT n. 2794.

as coisas” (Ap 21,5). A vida eterna será uma maravilha compartilhada, na qual cada criatura esplendorosamente transformada ocupará seu lugar e ter algo a oferecer aos pobres definitivamente libertados¹³⁸.

Mãe de todas as promessas e verdade revelada, que a Constituição sobre o mistério da Igreja (*Lumen Gentium*) do Vaticano II, também incluiu em seu capítulo dedicado inteiramente à dimensão escatológica do Povo de Deus peregrino, como horizonte do mistério de Cristo e da sacramentalidade missionária da Igreja. Distanciando-se de qualquer estrutura utópica ou ideológica, pois diz de uma promessa que precisa ser preparada dinamicamente na história.

O Reino escatológico do Amor Misericordioso

Os evangelistas, ao considerarem as curas, os milagres e exorcismos realizados pelo Cristo terreno, não pararam no maravilhoso, mas de fato registraram os testemunhos sobre Jesus e do próprio Cristo, caracterizando-o como o Sinal do Reino esperado, confirmado por sinais de uma presença que já se encontra no meio da humanidade (cf. Lc 11,20). A pedagogia dos signos, ou seja, sinais dos atos de poder de Jesus Cristo, testemunham, inclusive, o cumprimento das promessas do Antigo Testamento¹³⁹.

Desde o Antigo Testamento se reconhece, no progresso da Revelação, a força transformadora do amor de Deus, traduzida de diversas formas, inclusive a contar com recursos hiperbólicos e poéticos “o amor é forte como a morte e é cruel como o Abismo, o ciúme: suas chamas são de fogo, labaredas divinas. Águas torrenciais não puderam extinguir o amor, nem rios poderão afogá-lo” (Ct 8,6-7). Já, em

138 LS 243.

139 Cf. João Evangelista Martins TERRA, *Jesus Histórico e o Cristo Querigmático*, 1978, p. 188.

Cristo, este amor se apresenta intimamente associado à proximidade daquele Reino, o qual consistiu no conteúdo central da Boa Nova, a ponto de se poder afirmar, com base em sua frequência de aparecimento no Novo Testamento, que verdadeiramente o Reino consistiu no eixo da pregação pré-pascal do próprio Cristo, diferentemente daquela cristológica central do anúncio pós-pascal dos apóstolos¹⁴⁰.

O Reino do amor, inaugurado no tempo, mas que tudo aponta para além do tempo, como lhe é próprio, como ensinou Bento XVI: “O amor compreende a totalidade da existência em toda a sua dimensão, inclusive a temporal. Nem poderia ser de outro modo, porque a sua promessa visa o definitivo: o amor visa à eternidade”¹⁴¹. Afinal, como já foi tratado aqui, o centro é a Palavra, Jesus, Reino ou o amor?

Em Cristo e neste livro, o Reino como os outros demais conceitos fazem referência ao propedêutico Antigo Testamento, como o caso da relação entre aliança, lei e o amor de Cristo¹⁴². No entanto remetem ao Ser para o qual as expressões estão a serviço, pois é o centro que transcende a pluralidade semântica, por isso significa um mistério insuperável, no qual o Reino identifica-se com o Cristo e sem Ele o Reino perde a consistência e torna-se manipulável¹⁴³.

Ao salvaguardar esta dimensão de Reino, em que expressa ser Jesus o Reino, ou seja, este termo traduz uma Cristologia oculta – Jesus é *autobasíleia* – como Orígenes ensinou apontando para este principal sentido. Mas o teólogo Bento XVI, para além deste primeiro sentido apresenta também outros significados. A chamada interpretação mística (idealista) do Reino de Deus, a qual está localizada essencialmente no

140 Cf. Joseph RATZINGER, *op.cit.*, p. 58.

141 DCE 6.

142 “Ao dizermos que o termo ‘aliança’ originariamente inclui, em essência, o conceito de ‘lei’, de justiça, devemos dizer então que o centro decisivo é agora a ‘nova lei’, o amor, concretizado em Cristo, em sua entrega e morte na cruz, até suas últimas consequências”: Joseph RATZINGER. *Compreender a Igreja hoje. Vocação para a comunhão*, 2005, p. 18.

143 Cf. RM 18.

interior de cada um, que quer deixar a soberania do Senhor acontecer, esta compreensão se opõe a todo e qualquer pecado (cf. Rm 6,12). Uma terceira e última pode ser denominada de explicação eclesiológica, na qual a Igreja, embora distinta do Reino, é apresentada numa íntima relação de proximidade, não de confusão¹⁴⁴.

Sobre esta interdependência também havia escrito o seu predecessor: “De igual modo, não podemos separar o Reino da Igreja. Esta não é certamente fim em si própria [a Igreja], uma vez que se ordena ao Reino de Deus, do qual é princípio, sinal e instrumento. Mesmo sendo distinta de Cristo e do Reino, a Igreja está todavia unida indissolúvelmente a ambos”¹⁴⁵. Ainda sobre o mistério do Reino a Palavra de Deus revela que uma vida no Espírito supera e aprende a lidar com os bens passageiros, ainda que necessários, pois o “Reino de Deus não é comida e bebida, mas é justiça e paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17).

Portanto a centralidade do amor redentor vivenciado pelo Cristo e que Ele comunica, pelo Espírito de amor, torna-se determinante para o testemunho social, eclesial e pessoal de cada cristão, pois todos e cada um como discípulo missionário do Reino em Pessoa é chamado a refletir o Cristo Pascal, até o fim da história (cf. Mt 28,19).

A Comunidade do Amor Trinitário

Quando surge o questionamento sobre as razões divinas para a escolha dos primeiros discípulos missionários do Crucificado Ressuscitado, até aos atuais, a resposta mais segura conduz ao mistério daquela predestinação, que a ninguém exclui e a todos respeita em sua resposta, a qual será sempre pessoal perante a pertença ou não ativa a um Povo, o novo Povo de Deus, centrado no amor encarnado: “Nele,

144 Joseph RATZINGER, *op. cit.*, p. 60.

145 RM 18.

Deus nos escolheu, antes da fundação do mundo, para sermos santos e íntegros diante dele, no amor. Conforme o desígnio benevolente de sua vontade, ele nos predestinou à adoção como filhos, por obra de Jesus Cristo, para o louvor de sua graça gloriosa, com que nos agradeceu no seu bem-amado” (Ef 1,4-6).

Um chamado que se responde pessoalmente, mas acopla à formação na vida fraterna em Comunidade, a qual acontece nas famílias, mas se expande para a Comunidade cristã, territorial ou não, tendo como fio de ouro a centralidade no Amor Trinitário como fonte e meta: “Na Trindade o amor é a distinção das pessoas e unidade do mistério. Na Igreja, a diversidade de dons e carismas propõe a unidade do povo de Deus na variedade de dioceses, paróquias e comunidade, que exprimem sua comunhão recíproca. Inspirada na Trindade, a Igreja não pode existir na uniformidade que anula a riqueza dos dons do Espírito Santo”¹⁴⁶.

Esta convocação e reunião dos amados, centrados no amor encarnado e trinitário desdobram-se historicamente na predestinação, prefiguração, preparação, sinalizações (gestação), instituição e manifestação daquela única Igreja de Cristo, no Espírito Santo. Ela peregrina misteriosamente na história até o fim dos tempos, quando ocorrerá a consumação gloriosa dos desígnios do Pai, que a ela inclui¹⁴⁷.

Durante esta caminhada faz-se notar também a eclesiologia do mistério e da comunhão, a qual conduz e orienta o Novo Povo do Senhor da história à centralidade eucarística, pois o Corpo de Cristo alimenta-se e vive da Eucaristia, a qual se encontra no centro da realidade eclesial. Este Sacramento de amor Pascal, donde nasce a Igreja de Cristo¹⁴⁸, produz a comunhão na centralidade do amor, como deu a

146 CNBB, Doc. 100, 155.

147 LG 2.

148 Cf. EE 1. 3.

entender o último Concílio Ecumênico, ao afirmar que “participando realmente do corpo do Senhor na fração do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com ele e entre nós”¹⁴⁹.

Assim a Igreja de Cristo segue centrada e sustentada pelo único Mediador da humanidade, Cabeça da Igreja Una, Santa, Católica, Apostólica e peregrina em sua dimensão visível e espiritual. Com todos os elementos de salvação revelados e instituídos por Cristo, servi-O e n’Ele a humanidade, a fim de que todos conheçam e cresçam na comunhão com Deus e entre si, até a plenitude escatológica¹⁵⁰.

Por isso convém ressaltar que a espiritualidade, eclesiologia e iniciativas de comunhão e mistério perpassaram a letra e compuseram o espírito do Concílio Vaticano II, em seus objetivos gerais discernidos desde as fases mais remotas. Como espinha dorsal de todo o corpo doutrinal aprovado alcançou, principalmente por meio de duas principais Constituições, uma clareza e aprofundamento eclesiológico jamais abordado em Aulas conciliares. Assim a Igreja, neste último Concílio, todo ele eminentemente pastoral, pode expressar de maneira magisterial, tendo em vista os “sinais dos tempos” e o necessário “aggiornamento” a todos, o que a Igreja (*ad intra* e *ad extra*) diz e compreende do mistério de si mesma (*Lumen Gentium*) e o que tem a dizer, de forma dialogal ao mundo contemporâneo (*Gaudium et Spes*)¹⁵¹.

Um Concílio atento e sensível aos sinais dos tempos, pois vendo o mundo atual marcado por vínculos que aproximam as suas várias instâncias (cultural, técnica e sociedade), apresentou, já há mais de cinquenta anos, a Igreja de Cristo como sacramento, ou seja, sinal e instrumento de Cristo na história. Com a capacidade de contribuir

149 LG 7.

150 *Idem* 8.

151 Cf. Fernando SANTAMARIA, *A Esperança que transforma o mundo. Uma resposta atual do Concílio Vaticano II*, 2014, p. 131-133.

para uma comunhão divina no Amor que a todos centralize no Cristo total e eleve a uma comunhão crescente com Deus Trindade de Amor e todo o gênero humano entre si. Tudo isto diz da natureza e missão que necessita ser apresentada mais e mais aos fiéis e ao mundo contemporâneo, em clima de diálogo, o que facilita o anúncio do Cristo, Luz do mundo para todos os povos¹⁵².

Esta vocação tão rica da Igreja manifestada plenamente “nestes dias que são os últimos” (Hb 1,2), teve também um lastro histórico que a prefigurou e preparou, segundo o desígnio benevolente do Pai das misericórdias. Então os convocados que creram, confiam e acreditaram no Cristo, a ponto de a Ele se vincular como novo Povo de Deus, tornaram-se os novos congregados em torno de um novo centro sempre presente até a Eternidade no Amor¹⁵³.

A este chamado eclesial ninguém foi excluído, pois o Enviado pelo Pai no Espírito Santo manifestou-se como Luz ao mundo e a todos (cf. Lc 1,79). A Sua autorrevelação redentora quis incluir de maneira fundamental a instituição do Sacramento da Eucaristia, em que se celebra, atualiza e aplica esta salvação a todos, pois todos, em Cristo foram objetivamente conquistados pelos seus mistérios e méritos¹⁵⁴. Por consequência deste mistério redentor que fundamenta uma Comunidade de Amor Misericordioso, é que o Papa Francisco, refletiu contra possíveis mentalidades, ensinamentos ou posicionamentos eclesiais e pastorais descentralizados da misericórdia e verdade, sem contudo deixar de considerar as situações espinhosas e irregulares de filhos amados da Igreja:

Trata-se de integrar a todos, deve-se ajudar cada um a encontrar a sua própria maneira de participar na comunidade

152 Cf. LG 1.

153 Cf. *Idem* 2.

154 Cf. *Idem* 3.

eclesial, para que se sinta objeto de uma misericórdia “imerecida, incondicional e gratuita”. Ninguém pode ser condenado para sempre, porque está não é a lógica do Evangelho! Não me refiro só aos divorciados que vivem em uma nova união, mas a todos seja qual for a situação em que se encontrem. Obviamente, se alguém ostenta um pecado objetivo como se fizesse parte do ideal cristão ou quer impor algo diferente do que a Igreja ensina, não pode pretender dar catequese ou pregar e, neste sentido, há algo que o separa da comunidade¹⁵⁵.

Assim, a comunhão trinitária no amor que salva torna-se também possível e acessível por obra do Espírito Santo derramado no dia de Pentecostes sobre este Novo Povo orante e centrado no Crucificado Ressuscitado. Sendo a Pessoa-Dom-Amor que comunica, forma e dirige a Igreja de Cristo¹⁵⁶, o Espírito não age e nem atua isoladamente ao mistério da Santíssima Trindade, como prometeu Jesus: “Quando ele vier, o Espírito da Verdade, vos guiará em toda a verdade. Ele não falará por si mesmo, mas dirá tudo quanto tiver ouvido e vos anunciará o que há de vir. Ele me glorificará, porque receberá do que é meu para vos anunciar. Tudo que o Pai tem é meu” (Jo 16,13-15).

O Espírito Paráclito é quem comunica, forma e dirige a Igreja de Cristo para ser autêntica “casa e a escola da comunhão”¹⁵⁷ pelos dons que configuram a hierarquia e os diversos carismas, numa dinâmica de comunhão no amor; Ele é Santo e atua na Igreja pela Palavra

155 Cf. Mt 18,17; AL 297.

156 “O ‘guiar para toda a verdade’ realiza-se na fé e mediante a fé: é obra do Espírito da verdade e é fruto da sua ação no homem. O Espírito Santo deve ser em tudo isso o guia supremo do homem, a luz do espírito humano”: DeV 6; CAT n. 1210.

157 NMI 43.

e os Sacramentos (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio), firmando e aprofundando os amados de Deus em sua identidade pessoal, comunitária e eclesial até chegarem juntos à Pátria definitiva na comunhão da Santíssima Trindade¹⁵⁸.

Uma outra chave para ser melhor compreendida a relação interdependente do mistério da Igreja será o seu íntimo entrelaçamento com a misteriosa realidade do Reino, a ponto de o Concílio afirmar este dom sem pretender confundí-lo ou identificá-lo totalmente: “A Igreja, isto é, o reino de Cristo já presente em mistério, cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus”¹⁵⁹. Para tal não deixou de fornecer elementos de diferenciação entre ambos (Igreja-Reino), os apontam para a sua relação de complementaridade, capaz de uma mútua iluminação hermenêutica, sem dispensar desafios e riscos¹⁶⁰.

Assim a Igreja Católica precisa dar continuidade àquele anúncio do evangelho que a gerou e deu à luz na missão do Cristo, pois no âmago do anúncio de Cristo a verdade do Reino esteve sempre presente. Por isso como enviada ao mundo pelo Crucificado Ressuscitado (cf. Mc 16,15), a Igreja ungida e auxiliada pelo Espírito Santo não pode se esquivar de corresponder à sua identidade de portadora da luz para os povos, pois “enriquecida pelos dons do seu fundador e observando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar em todas as gentes o reino de Cristo e de Deus, e constitui ele própria na terra o germe [princípio, origem, causa] e o início deste reino”¹⁶¹.

Reino de comunhão no amor, revelado de maneira processual até se manifestar da parte de Deus e na história aquele vínculo entre

158 Cf. LG 4.

159 LG 3.

160 Cf. *Ibid.*

161 LG 5.

Jesus, o Reino e a Igreja. Tudo isso testemunha os desígnios do Pai das misericórdias que não apenas livremente cria com o Filho e o Espírito Santo, mas também “decretou elevar os homens à participação da vida divina”¹⁶². Revelado e prefigurado na Antiga Aliança, o mistério do Reino, em seu reflexo hermenêutico na Igreja de Cristo, permite compreender a natureza da Igreja a partir de imagens que adentraram a Nova e Eterna Aliança. Por isso comunica e adentra-se no mistério da Igreja quando definida e expressada como redil; lavoura ou campo de Deus; plantação do divino Agricultor; edifício de Deus; família e morada de Deus; templo santo e espiritual; Jerusalém do Alto e nossa mãe; Esposa imaculada e Corpo místico de Cristo¹⁶³.

Foram vários os traços que possibilitaram a instituição desta nova congregação de Deus, já no seu tempo (séc. I), pois se revelava com quem veio chamar os dispersos (cf. Jo 11,52); revela a forma para pertencer a sua nova família, na qual os laços espirituais de amor obediencial antepõe os laços sanguíneos, a ponto de recebê-lo como criança desapegada a si mesmo, ou seja, pessoa descentrada (cf. Mc 3,33;10,13); Jesus chamou os Doze (memorial das doze tribos de Israel) para uma profunda experiência de vida fraterna, centrada n’Ele e para mais tarde enviá-los (cf. Mc 3,13-18) e depois setenta e dois (discípulos) expressando a universalidade da pertença e missão do novo povo convocado (cf. Lc 10,1-12); o ensino de uma oração comum, o Pai Nosso (cf. Lc 11,1-4); as acertadas e inspiradas palavras que revelam a estreita relação de Jesus e Sua Igreja: “Por isso, eu te digo: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as forças do Inferno não poderão vencê-la” (Mt 16,18).

Por fim a instituição da Eucaristia, como revelação de um novo centro, ou seja, não mais o Templo como garantia da unidade de Israel, mas agora um vínculo que se alimenta de modo novo: no corpo

162 Cf. LG 2.

163 Cf. *Idem* 6-7.

e sangue do Senhor. O corpo glorioso eucarístico que faz o corpo místico eclesial acontecer e vice-versa, findando assim o antigo culto para se dar o novo, próprio da Nova e Eterna Aliança¹⁶⁴. O Santíssimo Sacramento como verdadeiro maná em meio aos desertos da vida, o Sacramento da Nova Aliança selada pelo Sangue do Cordeiro (cf. Mt 26,20-19) e conjuntamente a instituição do ministério sacerdotal em Cristo (cf. 1Cor 11,23-26).

Para além dos escritos das Sagradas Escrituras sobre formação e manifestação da Igreja encontram-se o contributo teológico e sistemático dos Santos Padres, Doutores e escritores eclesiásticos, os quais direta ou indiretamente contribuíram para a profundidade e superações eclesiológicas patenteadas e realizadas pelo Concílio Vaticano II. Pode-se dar destaque a nomes, como Santo Inácio de Antioquia (+110), Santo Irineu (+208), São João Crisóstomo (+407), Santo Ambrósio (+397), Santo Agostinho (+430) e Orígenes (+254). Estes autênticos doutores conseguiram dar um enfoque da fundação da Igreja, apontando inclusive para o lado aberto do Crucificado, como misteriosa imagem do nascimento da Igreja, do lado bendito saiu a Nova Eva retirada do lado do Novo Adão, ou seja, souberam fundamentar a nova construção do Povo de Deus, naquela “pedra que os construtores rejeitaram, esta é que se tornou a pedra angular” (Mt 21, 42)¹⁶⁵. Portanto a base fundamental da vida e missão da Igreja consiste Naquele Sacramento da misericórdia do Pai, que colocou definitivamente a misericórdia na primeira ordem do dia, como deu a entender o Papa Francisco:

A Igreja sente, fortemente, a urgência de anunciar a misericórdia de Deus. A sua vida é autêntica e credível, quando faz da misericórdia seu convicto anúncio. Sabe que a sua missão primeira, sobretudo em uma época como a nossa

164 Joseph RATZINGER, *Compreender a Igreja hoje, vocação para a comunhão*, 2005, p.14-17.

165 Cf. Salvador Pié-NINOT, *Introdução à Eclesiologia*, 1998, p. 40-41.

cheia de grandes esperanças e fortes contradições, é a de introduzir a todos no grande mistério da misericórdia de Deus, contemplando o rosto de Cristo. A Igreja é chamada, em primeiro lugar, a ser verdadeira testemunha da misericórdia, professando-a e vivendo-a como o centro da Revelação em Jesus Cristo¹⁶⁶.

O amor inclusivista do Cristo total

Os seres humanos, pelo mistério da criação e da encarnação no amor e por amor, de todos os tempos, lugares, culturas e religiões, podem ter acesso à economia da salvação, pois “pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem”¹⁶⁷. A favor do Cristianismo inclusivista, que supera todo eclesiocentrismo exclusivista, está a Palavra de Deus e o magistério da Igreja de Cristo, que do Espírito Paráclito (cf. Jo 16,13) aprendeu que existiram e existem vias preparatórias de certa forma iluminadas pela Trindade salvífica, que colocam em ação um único plano redentor que a todos quer incluir, pois o amor a ninguém exclui¹⁶⁸, sem contudo diminuir a relação de Cristo com Sua Igreja (Cristo total: A Igreja una com o Cristo Cabeça), como sacramento universal da salvação e Corpo Místico, necessário para a salvação de todos¹⁶⁹. Constituem desta forma mediações que somente encontram sentido e consistência na centralidade e comunhão com o único Mediador universal de salvação (1 Tm 2,4-5), como indica uma das conclusões da Comissão Teológica Internacional, sobre este aspecto:

166 MV 25.

167 GS 22.

168 Cf. GS 22; DA 29.

169 Cf. LG 1. 14; GS 45; CAT n. 792-795.

Sendo Jesus o único mediador, que leva a cabo o desígnio salvífico do único Deus Pai, a salvação para todos os homens é única e a mesma: a plena configuração com Jesus e a comunhão com ele na participação em sua filiação divina. Por conseguinte, é preciso excluir a existência de economias diversas para os que creem em Jesus e os que não creem nele. Não pode haver caminhos para ir a Deus que não confluem no único caminho que é Cristo (cf. Jo 14,6)¹⁷⁰.

Por isso, não existe uma autonomia salvífica, na qual se prescindia o mistério do Cristo¹⁷¹, mas sementes do Verbo e lampejos da Verdade espalhadas pelo Espírito de Verbo/Cristo nos corações, povos, filosofias, culturas e religiões¹⁷².

São vocacionados e destinados a pertencerem ao novo Povo de Deus, centrado em Cristo Jesus, o Povo amado das Antigas Alianças, os judeus, como povo da Antiga Aliança, berço e raiz do cristianismo¹⁷³. Igualmente abraçados pelo Amor Misericordioso e com possibilidade de serem salvos, estão os cristãos não católicos, pertencentes à Igrejas ou comunidades eclesiais com vida sacramental e testemunhal autênticas, embora não estejam ainda unidas plenamente à Igreja Católica por não estarem sob o Pastoreio universal do sucessor de São Pedro¹⁷⁴.

170 COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O Cristianismo e as Religiões*, n.49, (on-line), 1997, disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1997_cristianesimo-religioni_po.html>, acesso em: 10 de dezembro de 2015.

171 Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O Cristianismo e as Religiões*, n. 81-87 (on-line), 1997, disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1997_cristianesimo-religioni_po.html>, acesso em: 10/12/2015.

172 Cf. AG 11; GS 22; DA 24.29.

173 Cf. NA 4; LG 16.

174 Cf. LG 15; UR 3.

Porém, no amor criador, redentor e plenificante do Cristo total, tudo é possível (cf. Mt 19, 25-26).

Tempo escatológico da misericórdia

Jesus Cristo o Filho de Deus, que encarnou por amor, não veio apenas para Israel, mas para estabelecer e “proclamar um ano aceito da parte do Senhor” (Lc 4,19). Na sinagoga de Nazaré Jesus misericordioso não quis propositadamente completar a leitura do profeta Isaías, a qual afirma em sua sequência aquele “dia de nosso Deus fazer justiça.” (Is 61,2). Este tempo de graça e misericórdia, inaugurado pelo Verbo encarnado e abrangendo o tempo de Sua Igreja, encontra-se ainda marcado pelos sofrimentos, como já foi refletido anteriormente, porém é de grande transbordamento da misericórdia com justiça, pois “é necessário que o céu O acolha até que se cumpra o tempo da restauração de todas as coisas” (At 3,21).

Assim virá para julgar a todos o mesmo Deus libertador de Israel que se revelou a Moisés como “Eu sou aquele que sou” (Ex 3,14), realizador de Aliança(s), como demonstrado na passagem do Egito para a terra prometida, quando o povo escolhido impacientou-se novamente e idolatrou um bezerro de ouro (cf. Ex 34).

Por meio de Moisés, Deus quis se revelar em sua misericórdia e justiça, bem expressas pelo profeta que exclamou reconhecendo “Senhor, Senhor, Deus misericordioso e clemente, paciente, rico em bondade e fiel, que conserva a misericórdia por mil gerações e perdoa culpas, rebeldias e pecados, mas não deixa nada impune castigando a culpa dos pais nos filhos e netos, até a terceira e quarta geração” (Ex 34,6-7).

Culpas que cada um do povo assimilaria, passo a passo em sua responsabilidade pessoal, sem ter que deixar a dimensão comunitária e social do mal praticado. Por exemplo, no alerta do profeta Ezequiel, durante o duro e humilhante contexto do exílio babilônico

(VI a.C.), o Povo de Deus precisou encontrar um sentido de páscoa e esperança, mas com revisão pessoal de vida, por isso Deus falou pelo profeta: “Que provérbio é este que andais repetindo na terra de Israel: ‘Os pais comeram uvas verdes e os dentes dos filhos ficaram embotados?’ Juro por minha vida – oráculo do Senhor Deus – não repetireis mais este provérbio. Todas as vidas me pertencem. Tanto a vida dos pais como a vida do filho me pertencem. Quem peca é que morrerá” (Ez 18,2-4).

Tempo de misericórdia, graça e conversão proclamado pelo próprio Cristo (Mt 4,17; Mc 1,15; Lc 4,14), no qual se manifestou em toda a sua riqueza, porque de “sua plenitude todos recebemos, graça por graça. Pois a Lei foi dada por meio de Moisés, a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo” (Jo 1,16-17). Nele se revelou plenamente o Rosto do “Pai das misericórdias e Deus de todas consolações” (2Cor 1,3). Porque veio manifestar com palavras e atos, no encontro pessoal, comunitários e em meio às multidões que “não são as pessoas com saúde que precisam de médico, mas as doentes. Ide, pois, aprender o que significa: ‘Misericórdia eu quero, não sacrifícios’. De fato, não é a justos que vim chamar, mas a pecadores” (Mt 9,12-13).

Um chamado universal à correspondência pessoal e comunitária de se transbordar em generosidade aos irmãos e até mesmo aos inimigos, como interpela a ordem do Cristo: “Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso” (Lc 6,36).

Assim a misericórdia divina, em Cristo, tornou-se a melhor e mais urgente resposta aos dramas humanos feitos de pessoas concretas, com realidades boas e más que hora se misturam àquelas fraquezas e escolhas piores. Por isso um tempo de misérias e provações, em que cada pessoa está diariamente sujeita a se perder, qual ovelha desgarrada que necessita ser cuidadosamente procurada, como uma valiosa moeda perdida no chão das histórias, mas que pode ser achada

à luz da misericórdia, pois é tempo também kairótico da misericórdia. Então como um filho pródigo torna-se capaz de se reencontrar nos braços de um Pai que o beija e o trata, não segundo os méritos, mas a partir da infinita misericórdia, fonte festiva da comunhão reintegradora (cf. Lc 15).

Este tempo vivenciado pela Igreja de Cristo como morada da misericórdia divina e ao mesmo tempo a sua propagadora, que preparará os seus filhos e a humanidade para aquele Dia, no qual a misericórdia poderá continuar triunfando, do mesmo modo como o Apóstolo da fé com obras corajosamente profetizou: “Falai e procedei, pois, como pessoas que vão ser julgadas pela Lei da liberdade. Pensai bem: o julgamento vai ser sem misericórdia para quem não praticou misericórdia; a misericórdia, porém, triunfa sobre o julgamento” (Tg 2,12-13).

O amor transformador que veio, vem e virá

Este amor capaz de tudo plenificar move-se na história religiosa e universal como dom supremo (cf. 1Cor 13), mas ao mesmo tempo suscita uma responsabilidade crescente durante a existência de cada um em vários âmbitos, principalmente comunitário e eclesial, pois o “Espírito e a Esposa dizem: ‘Vem’! Aquele que ouve também diga: ‘Vem’! Quem tem sede, venha, e quem quiser, receba de graça a água vivificante” (Ap 23,17). Assim a meta de se saciar no Espírito de amor, será ver em si mesmo e nos relacionamentos o reinado do amor de Deus, a ponto de “que tenhamos firme confiança no dia do julgamento; pois assim como é Jesus, somos também nós neste mundo. No amor não há medo. Ao contrário, o perfeito amor lança fora o medo, pois o medo implica castigo, e aquele que tem medo não chegou à perfeição do amor. Nós amamos, porque ele nos amou primeiro” (1Jo 4,17-18).

Quanto ao julgamento vindouro sabe-se pelas Escrituras que será presidido pelo Filho de Deus que se fez Filho do Homem, autor-revelador como Pastor supremo, Rei da Misericórdia e Justo Juiz (cf. Jo 5,27.30; Mt 25,31), pois a história universal, a vida de cada um e de todos convergem para aquele dia bendito, o Dia do Senhor, do qual todos os Evangelistas deram testemunho. Dia em que “aparecerá, então, no céu o sinal do Filho do Homem. Então todas as tribos da terra baterão no peito e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com grande poder e glória” (Mt 24,30).

Logo, esta esperança bem entendida pela chave do amor criador, redentor e plenificante, manifestado plenamente no mistério de Cristo, vem consolar e comprometer a cada um com o Amor Misericordioso e não medroso, ainda que a linguagem simbólica e escatológica do Antigo Testamento deixasse uma névoa amedrontadora (cf. Dn 7,13; Is 13,10; Ez 34,17). Daí a necessidade de tudo ler e meditar, à luz do Cristo misericordioso, para que cresça a confiança na misericórdia divina, também na leitura do Antigo Testamento: “Naquele dia vou querer destruir todas as nações que vierem lutar contra Jerusalém. Derramarei sobre a casa de Davi e os cidadãos de Jerusalém um espírito de perdão e de misericórdia e eles olharão para mim. E por quem tiverem traspassado, eles hão de chorar como chora por um filho único [...]” (cf. Zc 12,10).

Como judeu, formação farisaica, fiel seguidor do Cristo, grande místico e teólogo cristão, São Paulo esperava ardentemente o Advento definitivo de Cristo e seguia no seu ministério preparando as Comunidades cristãs de seu tempo e de tempos posteriores para uma esperança ativa, própria de quem se deixa conduzir pelo Espírito do amor que sabe esperar em tudo: “Quanto a nós, que nos deixamos conduzir pelo Espírito, é da fé que aguardamos a justificação, objeto de nossa esperança. Com efeito, em Jesus Cristo, o que vale é a fé agindo pelo amor” (Gl 5,5-6).

Obras que podem também ser compreendidas e elencadas como de misericórdias materiais (dar de comer aos famintos; dar de beber aos sedentos; vestir os que se encontram nus; dar abrigo aos que peregrinam; visitar quem adoeceu; visitar os que se encontram presos; enterrar os que morreram) e espirituais (dar conselhos edificantes; ensinar os que padecem na ignorância; corrigir os que estão vivendo no erro; consolar os que se encontram tristes; perdoar as ofensas alheias; suportar com paciência as misérias do irmão; interceder a Deus por vivos e defuntos, ou seja, por quem necessita das nossas orações)¹⁷⁵. Assim, por meio destas obras torna-se possível a participação e preparação para um dia de libertação e salvação definitiva.

Contudo, o Apóstolo dos Gentios, admite que o dia Glorioso da consumação poderá ser terrível: “A vossa fé em Deus se propagou tão bem, por toda a parte, que não mais precisamos falar. Pois todos contam como fomos recebidos por vós e como, virando as costas aos ídolos, vos voltastes para o Deus vivo e verdadeiro e vos pusestes ao seu serviço, na espera do seu Filho, Jesus, que ele ressuscitou dentre os mortos e virá dos céus para nos arrancar da ira que vem vindo” (1Ts 1,8-10).

Assim há de se esperar, confiar e aguardar com prontidão o cumprimento daquela esperança escatológica revelada pelo próprio Cristo, em diversos momentos de sua vida e ministério, como no encontro e diálogo sincero com Natanael (cf. 1Jo 1,51); ao estar perante o tribunal mentiroso dos homens do Sinédrio, quando confirmou a Sua identidade entrelaçada e conexa à esperança escatológica: “Jesus continuou calado e nada respondeu. O sumo sacerdote perguntou de novo: És tu o Cristo, o Filho de Deus Bendito? Jesus respondeu: Eu sou. E vereis o Filho do Homem sentado à direita do Todo-Poderoso, vindo com as nuvens do céu” (Mc 14,61-62).

175 Cf. CAT. *Compêndio*. Apêndice, p. 256.

Verdade também confirmada pelos anjos no mistério da ascensão a indicar o cumprimento escatológico que consumará o tempo da Igreja, que caminha na história como peregrina atenta e intérprete dos sinais dos tempos, mas com uma esperança que jamais decepciona (cf. Rm 5,5), pois a Cabeça da Igreja permanecerá, neste mundo, com ela até o fim (cf. Mt 28,20). Por isso uma esperança revelada, eclesial e escatológica: “Homens da Galileia, por que ficais aqui, parados, olhando para o céu? Esse Jesus que, do meio de vós, foi elevado ao céu, virá assim, do mesmo modo como o vistes partir para o céu” (At 1,11).

Um retorno definitivo e glorioso sinalizado por tempos de aflições e falsas esperanças (cf. Mt 24,15-28; Mc 13,5-22; Lc 21,7-23), mas não sinalizado o suficiente para deixar de ser um mistério repentino, eminente e humanamente incalculável a ponto de justificar o alerta do objeto central da esperança escatológica: “Portanto, vigiai, pois não sabeis o dia, nem a hora” (Mt 25,13).

Foi este aprendizado de vigilância, conversão e formador de uma Comunidade santa, peregrina e marcada pela esperança escatológica que a primeira evangelização almejou, desde o escrito mais antigo do Novo Testamento quando abordava o advento definitivo do Senhor da história e o mistério do Juízo Final: “Vós mesmos sabeis perfeitamente que o dia do Senhor vem como um ladrão à noite. Quando todo o mundo estiver dizendo; paz e segurança, então, de repente, cairá sobre eles a ruína, como as dores sobre a mulher grávida. E não conseguirão escapar. Mas vós, irmãos, não estais nas trevas, de modo que esse dia vos surpreenda como um ladrão. Portanto, não durmamos, como os outros, mas vigiemos e sejamos sóbrios” (1Ts 5,1-6).

Assim como no final daquele século foi necessário um esclarecimento pastoral com relação à compreensão de iminência confundida com imediatismo: “Ora, uma coisa não podeis desconhecer,

caríssimos: para o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos como um dia. O Senhor não tarda a cumprir a sua promessa, como alguns interpretam a demora. É que Ele está usando de paciência para convosco, pois não deseja que ninguém se perca. Ao contrário, quer que todos venham a converter-se. O dia do Senhor chegará como um ladrão [...]” (2Pd 3,8-10).

Por isso com base nas Sagradas Escrituras o Magistério Oficial, como servo da Palavra de Deus, acredita e ensina a Sã Doutrina Católica onde se desvela o necessário para a salvação de todos. Dito isso, perante o profundo mistério de Luz, Misericórdia e Verdade¹⁷⁶.

Um mistério que suscita amor e temor, mas complementar àquele Projeto de amor criador, redentor e plenificante, pois “conhecemos então o sentido último de toda a obra da criação e de toda a economia da salvação, e compreenderemos os caminhos admiráveis pelos quais sua providência terá conduzido tudo para o seu fim último”¹⁷⁷. Portanto um sentido e fim que pode e precisa suscitar esperança, confiança e compromisso, permeados pela potência transformadora do amor, capaz de acolher, redimir, harmonizar toda a realidade criada, em Cristo Jesus, Senhor e Rei do Universo, com o Pai e o Espírito Santo. Somente Ele, Uno e Trino, é a meta das metas, Centro restaurador, como bem expressou o Papa Francisco, com todo o zelo por uma casa comum, habitada por cooperadores humanos, feitos administradores, mas de um proprietário divino-humano:

A meta do caminho do universo situa-se na plenitude de Deus, que já foi alcançada por Cristo ressuscitado, fulcro da maturação universal. E assim juntamos mais um argumento para rejeitar todo e qualquer domínio despótico

176 Cf. CAT n. 1038.

177 CAT n. 1040.

e irresponsável do ser humano sobre as outras criaturas. O fim último das restantes das criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente conosco e através de nós, para a meta comum que é Deus, numa plenitude transcendente em que Cristo ressuscitado tudo abraça e ilumina. Com efeito, o ser humano, dotado de inteligência e amor e atraído pela plenitude de Cristo, é chamado a reconduzir todas as criaturas ao seu Criador¹⁷⁸.

Amor totalizante do Cristo total

Então a comunhão no amor será plena e a Páscoa terá marcado e unificado, sem mistura ou confusão, o mistério da criação da humanidade, a Igreja e o cosmos. Será o cumprimento da promessa escatológica, quando então surgirá, o Reino de Deus em plenitude, aquele Mundo Novo, consumado sem ser consumido. Com céus e terra totalmente transformados na Comunhão divina do amor (Is 51,6; 66,22; 2Pd 3,13; Ap 21,1), onde o encontro com Cristo não terá fim e dimensões imagináveis, pois como garante a Palavra de Deus ao afirmar que “o que Deus preparou para os que o amam é algo que os olhos jamais viram, nem os ouvidos ouviram, nem coração algum jamais pressentiu” (1Cor 2,9).

O Concílio Vaticano II, também perpassado pela esperança escatológica e na busca do diálogo com o mundo contemporâneo não omitiu esta verdade, nem tampouco deixou de apresentar o seu apreço a este mistério escatológico, o qual precisa ser apresentado por meio de uma sã e douta ignorância, a qual levou os Padres Conciliares a reconhecerem que “ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua restauração (cf. At 1,7), e também não

178 LS 83.

sabemos que transformação sofrerá o universo. Porque a figura deste mundo, deformada pelo pecado, passa certamente (cf. 1Cor 7,31), mas Deus ensina-nos que prepara uma nova habitação e uma nova terra, na qual reina a justiça (cf. 2Cor 5,2; 2Pd 3,13)¹⁷⁹.

Uma verdade que anteriormente a Constituição sobre o mistério da Igreja incluiu em seu capítulo dedicado inteiramente à dimensão escatológica do Povo de Deus peregrino, como horizonte do mistério de Cristo e da sacramentalidade missionária da Igreja¹⁸⁰. Por isso uma esperança escatológica que a Igreja de Cristo acredita e ensina como capaz de participar das atividades e desejos mais profundos da humanidade contemporânea, para que daí surja mais e mais um mundo melhor, até o eclodir do Mundo Novo escatológico.

Para a Igreja esta expectativa não somente compromete as pessoas com um esboço e preparação àquela realidade transformada já iniciada em Cristo e pelo Cristo Glorioso, mas também a convida para a centralidade Eucarística, a qual indica e alimenta a esperança no prêmio eterno reservado àqueles que se ajustarem, conscientemente ou não ao verdadeiro amor que não passa¹⁸¹.

Contudo chegará, na Parusia, o real Mundo Novo, onde plenamente a “felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que surgem no coração dos homens (cf. 1Cor 2,9; Ap 21,4-5). Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo e aquilo que foi semeado na fraqueza e corrupção, revestir-se-á de incorruptibilidade (cf. 1Cor 15,42-43), permanecendo a caridade e as suas obras (cf. 1Cor 13,8; 3,14) toda a criatura que Deus criou para o homem será libertada da escravidão da vaidade (cf. Rm 8,19-21)¹⁸².

179 GS 39.

180 Cf. LG 48.

181 Cf. GS 38-39.

182 GS 39.

A formação do juízo e do justo julgamento na misericórdia

Na expectativa deste fim último, em que tudo se plenificará em Cristo, pois “quando tudo lhe estiver submetido, então o próprio Filho se submeterá Àquele que lhe submeteu todas as coisas, para que Deus seja tudo em todos” (1Cor 15,28), a Igreja de Cristo, Casa da misericórdia segue o seu peregrinar missionário na história. Nesta esperança escatológica que não tem data pré-agendada, como Casa de ativa esperança segue confiante e aguardando a Páscoa Cósmica e final. Contudo a Igreja, que segue na vigilância e conversão constantes, procurando ser dócil mais e mais ao Espírito Santo que “a dirige e embeleza (cf. Ef 4,11-12; 1Cor 12,4; Gl 5,22). Com a força do Evangelho, faz ainda rejuvenescer a Igreja, renova-a continuamente e eleva-a a união consumada com o seu Esposo”¹⁸³.

Sendo assim, na certeza de que o Esposo e Senhor está tendo paciência para com todos e por isso renova constantemente o chamado à conversão e santidade (2Pd 3,8-11), a Igreja não deixa de preparar os seus filhos e fiéis para aquela experiência pascal que pode preceder a Páscoa final e universal, pois “como está determinado que os homens morramos uma só vez, e depois vem o julgamento” (Hb 9,27).

Sendo assim, a Palavra de Deus revela que antes da Parusia e Juízo Final poderá acontecer para cada um o chamado Juízo particular, pois, assim escreveu o Apóstolo São Paulo: “Mas estamos cheios de confiança e preferimos deixar a moradia do nosso corpo, para ir morar junto do Senhor. Por isso também, nos empenhamos em ser agradáveis a ele, quer estejamos no corpo, quer já tenhamos deixado esta morada” (2Cor 4,8-9).

Este “junto do Senhor” inclui necessariamente a morte, mas também ela redimida por Aquele que se fez homem por amor e pelo mesmo amor desapegou-se totalmente da própria vida para

183 LG 4.

que como grão de trigo que cai na terra e morre, pudesse produzir o fruto da integração da própria morte no seguimento cristão (cf. Jo 12,24-25). Sobre este mistério também ensinou o Concílio Vaticano II, em seu diálogo com um mundo marcado pelo mal e morte infrutífera: “É verdade que para o cristão é uma necessidade e um dever lutar contra o mal por meio de muitas tribulações, e sofrer a morte; mas, associado ao mistério pascal, e configurado à morte de Cristo, vai ao encontro da ressurreição, fortalecido pela esperança (cf. Fl 3,10; Rm 8,7)”¹⁸⁴.

Sendo que este “encontro da ressurreição” pode ser precedido pelo julgamento Particular, enquanto a submissão livre e total, próprias da consumação escatológica não ocorre no fim e como fim da história humana (cf. 1Cor 15, 27-28). Acredita-se e sabe-se que a realidade e possibilidade do Juízo pessoal inclui aquele cristão que se preparando com afínco e graça divina, para deixar a morada corporal e terrena, possa ir habitar com e no seu Senhor, na comunhão celeste (cf. 2Cor 5,8-9). No entanto, esta dimensão particular da escatologia cristã também faz parte daquele projeto de amor e justiça, misericórdia e verdade, abrangentes a cada um dos seres humanos, pois “todos temos de comparecer, às claras, perante o tribunal de Cristo, para cada um receber a devida recompensa – prêmio ou castigo – do que tiver feito, de bem ou de mal, ao longo de sua vida corporal” (2Cor 5,10).

Assim este mistério escatológico de esperança expressa também o amor que a ninguém exclui da possibilidade de receber após a morte uma coroa da justiça, porque as promessas de Deus podem atingir misteriosamente a “todos os homens de boa vontade, em cujos corações a graça opera ocultamente. Com efeito, já que por todos morreu Cristo (cf. Rm 8,32) e que a vocação última de todos os homens é realmente uma só, a saber, a divina, devemos acreditar

184 *Idem* 22.

que o Espírito Santo dá a todos a possibilidade de se associarem a este mistério pascal por um modo só de Deus conhecido”¹⁸⁵.

Retornando à teologia eucarística e escatológica paulina percebe-se o quanto o mistério pascal de Cristo, antecipado na Santa Ceia por Jesus e perpetuado pela Sagrada Tradição (cf. 1Cor 11, 23-26), pode na Igreja e por meio da Sagrada Liturgia também antecipar sua força redentora e plenificante até que Ele venha glorioso e definitivamente. Assim, o ensinamento de uma escatologia individual, mas não individualista, oferece a esperança de que as almas dos fiéis falecidos, devidamente santificadas no tempo, ou possam desfrutar daquela glória celeste (vida eterna) a experimentar em corpo e alma em céus novos e uma terra nova¹⁸⁶.

Por isso a Igreja crê que o “hoje salvífico” dito no princípio do seu ministério, no maravilhar-se do povo e na casa do convertido Zaquê, expressa o poder do Rei da misericórdia no aqui, com ressonância de eternidade (cf. Lc 4, 21; 5,26; 13,32). Assim Jesus de Nazaré manifestava-se como Senhor do tempo e do “destino” humano, sem contradizer o dom da liberdade; superior frente os calendários humanos, uma vez que veio ser a epifania da misericórdia infinita e salvífica (cf. Sl 31,15; Dn 7,25; Ecl 3). Por esta razão também que o Senhor não depende do evento escatológico denominado Parusia para aplicar aqueles méritos infinitos e mergulhar alguém no mistério da glória celeste, ainda que esteja prestes ao seu último suspiro.

No entanto se o ser humano passar, não sem o auxílio da graça e o concurso da liberdade pessoal, começar a crer, esperar e amar a Deus e aos outros, de algum modo, às vezes verificável somente por Deus, como bem exemplificou o bom ladrão, em seus últimos instantes perante a misericórdia divina revelada pelo Bom Pastor que deu a vida por cada ovelha, inclusive as que jazem nas trevas: “Jesus,

185 *Ibidem*.

186 Cf. CAT n. 1021-1022.

lembra-te de mim, quando vieres como rei. Jesus lhe respondeu: Em verdade eu te digo, hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23,42-43).

Misericórdia pura e purificante

Há a possibilidade pessoal, com consequências comunitárias, de não se conseguir ou querer “trajar” interiormente aquela veste de santidade adequada às bodas eternas, correndo assim o risco de ouvir no Juízo Particular e/ou no Juízo Final uma sentença, sem contra-argumento vivencial: “Meu amigo, disse-lhe, como entraste aqui sem a veste nupcial? Ele ficou calado. Então o rei disse aos servidores: Lança-o, de pés e mãos atados, nas trevas, fora: lá haverá choro e ranger de dentes” (Mt 22,12-13). Esta revelação chama a atenção à responsabilidade que independe da pertença a uma determinada época, raça ou nação, pois diante da fé do centurião pagão, Jesus também manifestou o alcance universal da comunhão salvífica, assim como uma possível penalização: “Em verdade, eu vos digo, em ninguém de Israel encontrei tamanha fé. Ora eu vos digo, muitos virão do nascente e do poente tomar lugar no festim com Abraão, Isaac e Jacó no reino dos céus, ao passo que os herdeiros do Reino serão lançados nas trevas, lá fora, onde haverá choro e ranger de dentes” (Mt 8,10-12).

Estas passagens bíblicas citadas retratam uma realidade situada entre “aguardar” a glória de céus novos e uma terra nova, no Reino celeste, ou seja, entre a Igreja gloriosa e a possibilidade do Inferno, que será abordada nesta obra propositadamente como último tópico escatológico.

Por isso a doutrina Católica inspiradamente ensina sobre o mistério do Purgatório, o qual testemunha a sabedoria do Alto que é “antes de tudo pura, depois pacífica, bondosa, conciliadora, cheia de compaixão e de bons frutos, simples e sem disfarce” (Tg 3,17). Conciliando o dom da salvação revelado em Cristo Jesus e a necessidade

de uma constante resposta de fé, a pessoa humana pode não ter alcançado a suficiente santidade ao longo de sua vida, sempre única. Esta verdade diz respeito, inclusive aos membros batizados e pertencentes ao Corpo Místico do Cristo, que não são vocacionados a uma purificação após a morte, mas sim a corresponderem, no tempo, a vocação universal à santidade de vida no amor, independentemente de sua condição ou vocação específica¹⁸⁷.

Assim torna-se pertinente, consoladora e esperançosa a doutrina sobre o mistério do Purgatório, apresentada pela Sã Doutrina Católica, como iluminada pelo Espírito Santo que tudo ensina a sua Igreja (cf. Jo 16,13). Com uma base direta ou indiretamente nas Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamento (cf. 2Mc 12,45; Jó 1,5; Mt 12,32) comunicada e aprofundada na dinâmica da Tradição Viva, pelo Magistério oficial, Conciliar e dos teólogos cristãos¹⁸⁸.

Corroborou o Novo Catecismo da Igreja Católica ao afirmar que: “Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do Céu”¹⁸⁹.

A infernal ausência do amor total

A origem da expressão *infernus* (latim), ainda que possa ser explicada como morada de morte eterna, não deve ser confundida com o *hades* (grego), *cheollsheol* (hebraico) do gênero apocalíptico veterotestamentário, que “abrigava” justos ou injusto (cf. Gn 37,35; Nm 16,30-33; Jó 10, 21; 2Sm 2,6; Pr 5,5).

Está muito mais aproximada da realidade e simbologia apocalíptica em torno do conceito de *geena* (grego), que no sul de Jerusalém

187 LG 40.

188 CAT n. 1031.

189 *Idem* n. 1030.

era um lugar amaldiçoado por conter sacrifícios idolátricos de crianças ao deus Moloc (cf. Cr 28,3;33,6; 2Rs 23,10; Jr 19,6). Maldades “impensadas” pelo próprio Deus de Israel: “Os de Judá praticam o mal que eu detesto – oráculo do Senhor –; instalam suas imundícies na Casa sobre a qual foi proclamado meu Nome, tornando-a impura. Origem do túmulo do Tafet, no vale de Ben-Hinom, para que seus filhos e suas filhas aí sejam consumidos pelo fogo; coisa que nunca pedi, nem me aflorou à mente” (Jr 7,30-31).

Fugindo ao literalismo das imagens que inclui verme, fogo e outras expressões oriundas da apocalíptica judaica, da época também de Cristo, faz-se necessário não subestimar ou desprezar esta verdade bíblica em sua real profundidade¹⁹⁰. Prova de ser um mistério pertinente à vida com Deus, com o próximo e consigo mesmo encontra-se confirmado na Sã Doutrina Católica: “Não podemos estar unidos a Deus se não fizermos livremente de amá-lo. Mas não podemos amar a Deus se pecamos gravemente contra Ele, contra nosso próximo ou contra nós mesmos [...] (1Jo 3,14-15). Nosso Senhor adverte-nos de que seremos separados dele se deixarmos de ir ao encontro das necessidades graves dos pobres e dos pequenos que são seus irmãos (cf. Mt 25,31-46)”¹⁹¹.

Nesta última referência bíblica, também convém ressaltar que a realidade do inferno jamais foi pensada para o ser humano, como se verifica no glorioso e terrível dia do Filho do Homem, quando dirá a uma parte da humanidade: “Retirai-vos para longe de mim, malditos, para o fogo eterno que foi preparado para o diabo e para seus anjos” (Mt 25,41). São Pedro de outra maneira aborda o mistério dos anjos decaídos, quando comunica à Comunidade a Revelação de que “Deus não poupou os anjos pecadores, mas os precipitou” (2Pd 2,4). Isto devido

190 Egionor CUNHA, *Inferno. Um esclarecimento para o povo*, 1998, p. 8-20.

191 CAT n. 1033.

à reprovação fundamentada no dom da liberdade, pois “rejeitaram radical e irrevogavelmente a Deus e seu Reino”¹⁹².

Este dom – por diversas vezes mencionado neste livro, para ressaltar o quanto ele ajuda na compreensão do Deus que cria a realidade e possibilidade de um estado eterno e infernal – não está se contradizendo em seu Amor Misericordioso às suas criaturas amadas e sempre livres no caminho da vida ou da morte (cf. Dt 30,15). Seria uma contradição divina ao verdadeiro amor a imposição da vida eterna, uma vez que após um julgamento amoroso e justo se confirma uma opção fundamental de auto-exclusão do amor comunhão. Esta realidade consiste no real pecado imperdoável, chamado por Cristo de “a blasfêmia contra o Espírito” (cf. Mt 12,31), explicável pela Sã Doutrina Católica em sua razoabilidade: “Pelo contrário, quem a profere é culpado de um pecado eterno. A misericórdia de Deus não tem limites, mas quem se recusa deliberadamente a acolher a misericórdia de Deus pelo arrependimento rejeita o perdão de seus pecados e a salvação oferecida pelo Espírito Santo. Semelhante endurecimento pode levar à impenitência final e à perdição eterna”¹⁹³.

Por isso, ao tratar sobre o inferno, não se pretende aqui ressaltá-lo, mas lançar luz, mais uma vez, sobre temas importantes e que estão sistematicamente interligados, como a temática antropológica da liberdade humana em sua correta interpretação e relação ao dom misericórdia divina e infinita. Dom salvífico, mas que jamais deve ser abusado, como alerta à Sagradas Escrituras: “Não digas: A misericórdia do Senhor é grande, Ele se compadecerá da multidão dos meus pecados! Pois tanto a misericórdia como a ira dele chegam depressa e sua ira se abate sobre os pecadores [impenitentes por opção]” (Eclo 5, 6-7).

192 *Idem* n. 392.

193 *Idem* n. 1864.

Toda esta clareza e chamado à conversão na misericórdia e verdade são necessários para que jamais ocorra “estado de autoexclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados”¹⁹⁴. Uma realidade que misteriosamente todos os que estão no tempo correm o risco.

Igualmente pode-se abranger a esta temática o apreço da Igreja de Cristo, nos séculos, em procurar a imitação de Deus (cf. Ef 5,1), quanto à atualidade e urgência de uma nova evangelização dos povos, por meio do diálogo e anúncio baseados na liberdade. O Vaticano II ciente desta característica pronunciou-se da seguinte forma em conformidade com a Revelação e a sensibilidade humana atual: “Pois Deus quis ‘deixar o homem entregue à sua própria decisão’ (Eclo 15,14), para que busque por si mesmo o seu Criador e livremente chegue a total e beatífica perfeição, aderindo a Ele [como centro]”¹⁹⁵.

Uma obra exemplar do amor criador, redentor e plenificante

No entanto para que o Filho de Deus se fizesse Filho do Homem e todos aqueles mistérios anteriormente tratados aqui acontecessem como história de salvação, Ele, com o Pai, no Espírito quis em sua iniciativa misericordiosa e condescendente precisar do sim de uma mulher, uma predestinada e “jovem judia de Nazaré da Galileia”¹⁹⁶. Para então se cumprir a profecia de Isaías: “Eis que a jovem conceberá e dará à luz um filho e lhe porá o nome de Emanuel” (Is 7,14). Maria de Nazaré, o Senhor com ela já estava (cf. Lc 1,28), não apenas a partir do envio do Arcanjo Gabriel pra anunciá-la como a escolhida para conceber o Verbo divino, a quem colocaria o nome de Jesus, mas desde a sua conceição Imaculada como definiu solenemente a Igreja: “Declaramos, proclamamos e definimos que a doutrina

194 CAT n.1033.

195 GS 17.

196 Cf. CAT n. 488.

que afirma que a Beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante em que foi concebida, foi preservada imune de toda mancha do pecado original, por singular graça e privilégio de Deus Onipotente, em vistas dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, é uma doutrina revelada por Deus”¹⁹⁷.

De fato, toda ela centrada no amor estabelecedor de comunhão pode participar dos mistérios do seu Filho, a quem concebeu por intervenção divina do Espírito Santo (cf. Lc 1, 35), sem cooperação masculina e sempre virgem permaneceu¹⁹⁸, neste Reino e Igreja que não terá fim (cf. Lc 1,33). Assim como participa da Palavra de Deus o seu sim, como nova Eva: “Eis aqui a serva do Senhor! Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38). Um sim próprio de quem não vivia centrada em si mesma, mas n’Aquele Amor que “olhou para a humildade de sua serva. Todas as gerações, de agora em diante me chamarão feliz” (Lc 1,48). E por isso cantava louvores ao longo dos mistérios gozosos, luminosos, dolorosos e gloriosos de sua vida terrena, associada aos mistérios do seu Filho, até quando “ao término de sua vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória do céu”¹⁹⁹.

Por isso sobre Nossa Senhora o Magistério vivo aprovou-lhe dedicar o último capítulo da Constituição sobre o mistério da Igreja (*Lumen Gentium*), onde também a Bem-aventurada Virgem Maria recebeu o reconhecimento Conciliar e localização devida na economia da salvação e na Igreja de Cristo, a crer, saber e venerar²⁰⁰. Maria de Nazaré, que de sua concepção até o fim de sua peregrinação terrena, pode à luz de Cristo descobrir-se em seu mistério, até aquele conhecimento pleno na glória (cf. 1Cor 13,12). Como também, sendo duplamente mãe e membro da família de Cristo pela escuta e prática

197 FCat, p. 422.

198 Cf. CAT n. 496. 497.

199 FCat, p. 426.

200 Cf. LG 53.

da Vontade do Pai (cf. Mc 3,33), a ponto de fazer tudo o que o Senhor lhe dizia e por isso ensinava esta docilidade para que os Sinais de Jesus acontecessem na história da salvação (cf. Jo 2,1-11).

Dessa forma, a Virgem Maria durante a Paixão de Cristo conseguiu suportar a espada que transpassava a sua alma (cf. Lc 2,35)²⁰¹, sem desfalecer perante as promessas do Senhor da Vida e Bom Pastor que a entrega por amor às ovelhas e tem poder de retomá-la no terceiro dia (cf. Jo 10,11.18; Mt 16,21). Contudo, a Mãe dolorosa e da esperança permaneceu aos pés da Cruz naquela atitude constante de quem por amor procura participar dos mistérios da Redenção da humanidade, ou seja, sua vida e sofrimento silencioso, como disse mais tarde São Paulo, iria descobrir e testemunhar, como possível para todos: “Alegro-me nos sofrimentos que tenho suportado por vós e completo, na minha carne, o que falta às tribulações de Cristo em favor do seu Corpo que é a Igreja” (Cl 1,24)²⁰².

Por isso Maria é um exemplar humano, com virtudes exemplares, com profundas referências eclesiais e reconhecimentos teológicos, dos Santos Padres à atualidade²⁰³. Logo, a Igreja a reconhece e a solicita como Advogada, Amparo, Auxiliadora, Mediadora e tantos outros títulos, os quais sempre a subordina, a relaciona e gera aquela salutar e necessária centralidade nos mistérios do Cristo, a todos os verdadeiros e instruídos devotos, pois “há um só Deus e só mediador entre Deus e a humanidade: o homem Cristo Jesus, que se entregou como resgate por todos” (1Tm 2,5), por isso a todos atraiu (cf. Jo 12,32)²⁰⁴.

No entanto, esta verdade sobre o Redentor em nada diminui, mas a confirma em sua cooperação por excelência como ensinou

201 MCo 20 (*on-line*), 1954, disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_11101954_ad-caeli-reginam.html>, acesso em: 05/10/2015.
202 *Idem* 106.

203 Cf. Joseph RATZINGER; Hans Urs von BALTHASAR, *Maria, primeira Igreja*, 2004, p. 142.

204 Cf. LG 62.

São João Paulo II: “Ele deve ser procurado numa particular intenção de Deus em relação à Mãe do Redentor, a qual em duas ocasiões solenes, isto é, em Caná e junto da Cruz, é chamada por Jesus com o título de «*Mulher*» (cf. Jo 2, 4; 19, 26). Maria, enquanto mulher, é associada à obra salvífica. Tendo criado o homem «*varão e mulher*» (cf. Gn. 1, 27), o Senhor quer, também na Redenção, pôr ao lado do Novo Adão a Nova Eva”²⁰⁵. Nesta capacidade espiritual de referenciar-se e centralizar-se no amor redentor, a Virgem Maria tornou-se também exemplar no amor a Cristo, para a glória da Trindade e salvação das almas, a qual pode assumir e amar continuamente como filhos, segundo o pedido do seu Filho amado: “Mulher, eis o teu filho!” (Jo 19,26).

Uma maternidade espiritual formada e nutrida pela centralidade no amor que transborda em comunhão, como dá a entender a Igreja neste verdadeiro compêndio temático de mariologia cristológica, trinitária, eclesiológica e escatológica, presente no último capítulo desta Constituição dogmática sobre a Igreja, cuja Virgem é também Mãe: “Concebendo a Cristo, gerando-o, alimentando-o, apresentando no templo ao Pai, sofrendo com seu Filho que morria na cruz, ela cooperou de modo absolutamente singular pela obediência, pela fé, pela esperança e a caridade ardente, na obra do Salvador para restaurar a vida sobrenatural das almas. Por isto, ela é nossa mãe na ordem da graça”²⁰⁶.

Dito isto, Maria como a nova Eva, como discípula missionária do novo Adão, tornou-se aquele auxílio oportuno (cf. Gn 2,20), semelhante em humanidade e cooperadora, inclusive com a imagem de Deus, pois o “casal dos progenitores empreendera a via do pecado; um novo casal, o Filho de Deus com a colaboração da Mãe, haveria de restabelecer o gênero humano na sua dignidade originária”²⁰⁷.

205 JOÃO PAULO II, *Catequese do dia 9 de Abril*, (on-line), 1997, disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1997/documents/hf_jp-ii_aud_09041997.html>, acesso em: 05/10/2015.

206 LG 61.

207 JOÃO PAULO II, *Catequese do dia 9 de Abril 1997*, *op. cit.*, acesso em: 05/10/2015.

Portanto, esta nova criatura em Cristo (cf. 2Cor 5,17), que esteve centrada permanentemente em Seu amor, foi criada, formada e sustentada pela Santíssima Trindade, como imagem autêntica de Deus e membro daquela Igreja, iniciada e formada do sangue e água que jorraram do lado aberto do novo Adão (cf. Jo 19,34)²⁰⁸.

Auxiliou o Salvador da humanidade em todas as etapas de sua vida misteriosa e predestinada, pois por meio dela, plena da graça e fecundada pelo Espírito Santo (cf. Lc 1,21.35), o Filho de Deus se fez semelhante aos seres humanos: “Por essa razão, ao entrar no mundo Cristo declara: Não quiseste vítima nem oferenda, mas formaste um corpo para mim [...]. Então eu disse: Eis que eu vim, ó Deus para fazer a tuda vontade, como no livro está escrito a meu respeito” (Hb 10,5.7).

Por fim, ao tratar do mistério do ser e agir da Imaculada, Virgem Maria, Mãe de Deus, da Igreja e de toda a humanidade, percebe-se o quanto que seu mistério confirma as promessas e testemunha a força de transformação do amor criador, redentor e plenificante, convergentes sempre para a centralidade em Cristo, pois “realidade, só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do homem. Adão, o primeiro homem, era efetivamente figura daquele futuro, isto é, de Cristo Senhor. Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime. Não é por isso de admirar que as verdades acima ditas tenham nele a sua fonte e nele atinjam a plenitude”²⁰⁹.

208 Cf. LG 3.

209 GS 22.

CONCLUSÃO

Com o término deste trabalho fica a impressão de uma tarefa quase cumprida, isto devido aos limites pessoais de quem a escreveu, mas principalmente porque sobre o amor jamais se poderá tratar, falar ou escrever suficientemente. O amor criador e criativo, abordado na primeira parte, tencionou demonstrar as suas marcas nas criaturas, mas principalmente no ser humano, enquanto portador de uma dignidade infinita; complexo, relacional, racional e livre; o único ser misteriosamente formado à imagem e semelhança do divino. Dentre tantas características humanas, o dom da liberdade mereceu destaque neste livro, que ao tratar da centralidade no amor, não poderia deixar de expressar aquela forma de diálogo respeitoso, no qual também firma o outro em sua liberdade. Liberdade primeira do Deus amor, que nunca falhou em sua Palavra e tampouco desistiu da humanidade tão falha.

Prosseguimos no segundo capítulo dando a conhecer ainda mais as iniciativas de um amor que não se “contentou” com a criação e não parou nas misérias das criaturas. Amor e misericórdia, ou Amor Misericordioso, como expressões que apareceram com abundância durante a confecção textual e teológica, mas principalmente na história da salvação que nos revelou a melhor resposta aos contrastes e contradições humanas, como se verificou. Desta forma pode-se compreender, ou recordar, que o amor encarnou, revelando

uma centralidade renovadora e acessível, uma soberania não imposta pelo Filho de Deus, que se fez Filho do Homem por amor. Amor extremado sim, mas rejeitado ao extremo, pois nós o crucificamos! E quem venceu? Ele ressuscitou e fomos redimidos no amor, sofrido e misericordioso! Podemos já começar a vida de novas criaturas no amor, mas sem esquecermos que Ele transformou em trono do seu Reino o madeiro da Cruz, como dizer que não há aqui amor sem cruz!

Não bastando tanta criatividade e livre iniciativa no amor, o amor encarnado e revelador da Santíssima Trindade acreditou que era possível uma comunidade do Amor Trinitário, feita de discípulos missionários da esperança! Chegamos assim ao último capítulo perguntando: poderia surgir ainda mais iniciativas misericordiosas de Deus? A resposta é sim, surgiu a Igreja Católica, prefigurada, desejada desde sempre com Cristo, por Cristo e em Cristo ser formada e enviada como testemunha do amor que venceu a morte, ícone do Amor Trinitário e sinal do Reino. Assim este novo Povo de Deus centrado, no amor de Cristo e plenamente manifesto nos mistérios e ministério do Novo Adão escatológico, Filho de Deus e Filho do Homem e Cabeça desta Igreja, feita Sacramento universal da Santíssima Trindade salvadora.

Como testemunha humana, materna e eclesial destas verdades tratadas resumidamente neste livro está a Imaculada, a Virgem Maria, Mãe de Deus, assunta aos Céus e espelho da Igreja, ícone da Igreja e de uma humanidade orante, necessitada de renovação e salvação plena. Ela que na condição de Nova Eva, Mulher e Mãe escatológica, suplica continuamente pelos vivos para que não falte a todos e em cada coração aquela centralidade do amor, provinda do Alto e imprescindível para os relacionamentos terrenos e salvação integral da humanidade e do mundo, como inspiradamente deu a entender São Paulo: “E isto eu peço a Deus: que o vosso amor cresça ainda, e cada vez mais, em conhecimento e em toda percepção, para discernirdes o que é melhor. Assim, estareis puros e sem nenhuma culpa para o dia de Cristo” (Fl 1,10).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUILINO de, Pedro. *Dicionário de termos religiosos e afins*. Tradução de Francisco Costa. Aparecida: Santuário, 1993.
- ASSOCIAÇÃO LAICAL DE CULTURA BÍBLICA, *Vade-Mécum. Para o leitor da Bíblia*. Lisboa, 2002.
- BASÍLIO DE CESAREIA, *Homilia sobre Lucas 12/Homilias sobre a origem do homem. Tratado sobre o Espírito Santo*. São Paulo: Paulus, 1998.
- BAUER, Johannes Baptist. *Dicionário Bíblico-Teológico*. Tradução Fredericus Antonius Stein. São Paulo: Loyola, 2000.
- BENTO XVI. *III Aniversário da morte do servo de Deus João Paulo II*, In Homilia (*on-line*), 2008. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2008/documents/hf_ben-xvi_hom_20080402_anniv-morte-gpii.html>. Acesso em: 01 out. 2015.
- _____. *Caritas in Veritate*. Carta encíclica do papa Bento XVI sobre o desenvolvimento humano integral na caridade na verdade. Lisboa: Paulus, 2009.
- _____. *Deus Caritas Est*. Carta encíclica do papa Bento XVI sobre o amor cristão. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2006. (Documento, 189)
- _____. *Spe Salvi*. Carta Encíclica do papa Bento XVI sobre a esperança cristã. Prior Velho: Paulinas, 2007.
- _____. *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*. Lisboa: Gráfica Coimbra, 2005.

- _____. *Verbum Domini*. Exortação Apostólica Pós-Sinodal do papa Bento XVI sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.
- BÍBLIA da CNBB. São Paulo: Paulus; Canção Nova, 2010.
- CADERNOS BÍBLICOS. *A Eucaristia na Bíblia*. Àgueda. Difusora Bíblica: 2000.
- CATECISMO da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 1999.
- COLLANTES, Justo (Org.). *A Fé Católica. Documentos do Magistério da Igreja*. Rio de Janeiro: Lumen Christ, 2003.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O Cristianismo e as Religiões*. (on-line), 1997. Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1997_cristianesimo-religioni_po.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002, p. 539-661.
- _____. Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002, p. 101-197.
- _____. Declaração *Nostra aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002, p.339-346.
- _____. Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002, p.432-489.
- _____. Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002, p.215-240.
- CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia*. Edições CNBB, 2014. (Documentos CNBB 100).
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*. Prior Velho: Paulinas, 2004.

- CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FE. *Temas actuales de Escatología*, Documentos, comentários y estudios. Madrid: Libros Palabra, 2003.
- CUNHA, Egionor. *Inferno. Um esclarecimento para o povo*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1998.
- DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A DOCTRINA DA JUSTIFICAÇÃO POR GRAÇA E FÉ. (*on-line*), 1999. Disponível em <http://w2.vatican.va/.../chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html - 38k - 1999-10-31>. Acesso em: 06 out. 2015.
- DOUGLAS, J. D. (Org.). *O Novo Dicionário da Bíblia*. Tradução de João Bentes. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- DUMOULIN, Pierre, *O que é a alma?*. Apelação: Paulus, 2007.
- FRANCISCO. *Amoris Laetitia*. Exortação apostólica pós-sinodal do papa Francisco sobre o amor na família. Cachoeira Paulista: Canção Nova, 2016.
- _____. *Evangelii Gaudium*. Exortação apostólica do papa Francisco sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. 3ª ed. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013. (Documentos do Magistério).
- _____. *Laudato Si*. Carta encíclica do papa Francisco sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015. (Documentos do magistério).
- _____. *Misericordiae Vultus*. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia do papa Francisco sobre o Jubileu da Misericórdia.. São Paulo: Loyola, 2015.
- FORTE, Bruno. *A Trindade como história*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- _____. *Jesus de Nazaré. História de Deus. Deus da História*. Paulinas: São Paulo, 1985.
- GRELOT, Pierre. *A Esperança judaica no tempo de Jesus*. São Paulo: Loyola, 1996.
- JOÃO PAULO II. Através da comunhão de pessoas o homem torna-se imagem de Deus. In PEREIRA, Miguel (coord.). *Teologia do Corpo. O Amor humano no Plano Divino*. Lisboa: Aletheia, 2013, p. 96-101.

- _____. *Dives in Misericordia*. Carta encíclica do santo *padre João Paulo II sobre a misericórdia divina*. 4ª ed. Braga: Editorial A.O., 1987. (Documentos Pontifícios).
- _____. *Dominum et Vivificantem*. Carta encíclica do papa João Paulo II sobre o Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo. 5ª ed. Braga: Editorial A.O. 1986.
- _____. *Ecclesia de Eucharistia*. Carta encíclica do papa João Paulo II sobre a Eucaristia na sua relação com a Igreja. São Paulo: Paulinas, 2003.
- _____. *Evangelium Vitae*. Carta encíclica do papa João Paulo II sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *Familiaris Consortio*. Exortação apostólica pós-sinodal do papa João Paulo II sobre a função da família cristã no mundo de hoje. 24ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.
- _____. *Fides et Ratio*. Carta encíclica do papa João Paulo II sobre as relações entre a fé e razão. 2ª ed. Lisboa: Paulinas, 1998.
- _____. *Mulieris Dignitatem*. Carta apostólica do papa João Paulo II sobre a dignidade e a vocação da mulher por ocasião do ano mariano. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 2005. (Documento, 118).
- _____. *Novo Millennio Ineunte*. Carta Apostólica do papa João Paulo II sobre o termo do grande Jubileu do ano 2000. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 2001.
- _____. *Redemptor Hominis*. Carta encíclica do papa João Paulo II sobre a Redenção humana em Jesus Cristo. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2006 (Documentos da Igreja, 4).
- _____. *Redemptoris Missio*. Carta encíclica do papa João Paulo II sobre a validade permanente do mandato missionário. Braga: Editorial A.O., 1991.
- _____. *Salvifici Doloris*. Carta apostólica do papa João Paulo II sobre o sentido cristão do sofrimento humano. 4ª ed. Braga: Editorial A.O. 1996. (Documentos Pontifícios)
- _____. *Catequese do dia 9 de Abril (on-line)*, 1997. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-paul-i/pt/audiences/1997/documents/hf_jp-ii_aud_09041997.html>. Acesso em: 05 out. 2015.

- KASPER, Walter. *Jesús, el Cristo*. Salamanca: Suígueme, 2006.
- LACOSTE, Jean-Yves (Org.). *Dicionário Crítico de Teologia*. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Paulina/Loyola, 2004.
- LITURGIA das Horas. vol. IV. Tempo Comum. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- LOURENÇO, João Duarte. *O mundo judaico em que Jesus viveu. Cultura Judaica do Novo Testamento*. Lisboa: UCP, 2005.
- MARTÍNEZ, Alejandro Sierra. *Antropología teológica fundamental*. Madrid: BAC, 2002.
- MONDIN, Battista. *Homem quem é ele?*. São Paulo: Paulus, 2005 .
- PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Exortação Apostólica do santo padre Paulo VI sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *Humane Vitae*. Carta Encíclica do papa Paulo VI sobre o respeito à vida humana e a dignidade da procriação. Lisboa: Rei dos Livros, 1997.
- _____. *O Credo do Povo de Deus. Profissão de fé de Paulo VI*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- PEREIRA, Miguel (dir.). *João Paulo II. Teologia do Corpo*. Lisboa: Alêtheia, 2013.
- PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à Eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1998.
- PIO XII, *Mystici Corporis*. Carta Encíclica do papa Pio XII sobre o Corpo Místico de Jesus Cristo e nossa união nele com Cristo Igreja (*on-line*), 1954. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt-encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_11101954_ad-caeli-reginam.html>. Acesso em: 05 out. 2015.
- PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Diálogo e Anúncio (on-line)*, 1991. Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

RATZINGER, Joseph. *Compreender a Igreja hoje, vocação para a comunhão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Introdução ao Cristianismo*. Cascais: Principia, 2005.

_____. *Jesus de Nazaré. Do Batismo no Jordão à Transfiguração vol. I*. São Paulo: Planeta, 2007.

_____. von BALTHASAR, Hans Urs. *Maria, primeira Igreja*. Coimbra: 2004.

SANTAMARIA, Fernando. *A Esperança que transforma o mundo. Uma resposta atual do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Canção Nova, 2014.

SÃO JOÃO CRISÓSTOMO. *Comentário às cartas de São Paulo*. São Paulo: Paulus, 2010.

SÍNODO DOS BISPOS. *A Reconciliação e a penitência na Missão da Igreja. Paulinas*: São Paulo, 1983.

TERRA, João Evangelista Martins. *Escatologia e ressurreição*. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. *O Jesus Histórico e o Cristo Querigmático*. São Paulo: Loyola, 1978.

VIVIANO, Pauline A. Gênesis. In BERGANT, Dianne; KARRIS, J. Robert (Orgs.). *Comentário Bíblico*, vol. I. *Introdução, Pentateuco, Profetas Anteriores*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 55-89.

WERBICK, Jürgen. M. Doutrina da Trindade. In SCHNEIDER, Theodor (Org.). *Manual de Dogmática vol. II*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 449-511.

LEIA TAMBÉM

